



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

**“É CORRERIA”: PERCEPÇÕES SOBRE A PRÁTICA DO
TRABALHO INFORMAL NA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO**

Leonardo Araújo Quintanilha

Brasília
2019

Leonardo Araújo Quintanilha

**“É CORRERIA”: PERCEPÇÕES ACERCA DA PRÁTICA DO
TRABALHO INFORMAL NA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO**

Monografia apresentada ao
Departamento de
Antropologia da
Universidade de Brasília,
como Trabalho de Conclusão
do Curso de Bacharelado em
Antropologia.

**Orientadora: Profa. Dra.
Antonádia Monteiro
Borges**

**Brasília
2019**

Leonardo Araújo Quintanilha

**“É CORRERIA”: PERCEPÇÕES ACERCA DA PRÁTICA DO
TRABALHO INFORMAL NA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO**

BANCA EXAMINADORA:

Antonádia Monteiro Borges (orientadora - DAN/UnB)

Cristina Patriota de Moura (membro interno – DAN/UnB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todo aprendizado somado e experiências que passei durante o curso e a concepção desse trabalho.

A minha família e a minha companheira, que me incentivaram a seguir e me apoiaram nos momentos de dificuldades, sempre com o maior carinho e compreensão.

A minha orientadora, Antonádia, e os demais professores e colegas que me serviram como exemplos de dedicação honesta ao estudo e compromisso com o conhecimento.

Agradeço em especial aos meus interlocutores que, com paciência, me receberam e me acolheram em seu dia a dia, mesmo que em seu horário de trabalho. A todos vocês, sem os quais esse trabalho não teria sido realizado, o meu profundo sentimento de gratidão, e o desejo de que seus caminhos sejam sempre iluminados, assim como foi o meu.

RESUMO

O presente trabalho dedica-se ao estudo das percepções acerca do trabalho informal, em específico dos vendedores ambulantes na Rodoviária do Plano Piloto, no centro de Brasília. Para tanto, se mostrou necessário uma breve revisão bibliográfica acerca do conceito e sua historicidade, para assim relacioná-lo com o trabalho de campo feito nesse espaço da cidade. Ademais, foi abordado também o papel do antropólogo e o fazer etnográfico, a partir das reflexões levantadas durante a produção desse trabalho. Mostrou-se como o discurso marginalizante influencia a vida desses trabalhadores e como este é superado por ideologias positivas concretizadas em uma forma de resistência, por meio de relações de colaboração e redes formadas para a realização desta prática.

Palavras-chaves: Trabalho informal; Rodoviária; Plano Piloto; vendedores de rua;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – A INFORMALIDADE COMO CONCEITO	12
1.1 Informalidade, desemprego e autonomia	12
1.2 Trabalhadores de rua e a cidade	15
1.3 Rotas e relações da informalidade	16
1.4 Percepções que permeiam o uso do termo informal e o trabalho informal	17
CAPÍTULO 2 – SOBRE O SER ANTROPÓLOGO E O MÉTODO ETNOGRÁFICO	20
2.1 A peça que não se encaixa, a presença do antropólogo em campo	20
2.2. Observando a prática	30
CAPÍTULO 3 – O TRABALHO DE CAMPO	33
3.1 O cotidiano do vendedor de rua	33
3.2 Das relações	39
3.2.1 <i>Entre vendedores</i>	39
3.2.2 <i>Entre vendedores e lojistas</i>	40
3.2.3 <i>Entre vendedores e clientes</i>	41
3.2.4 <i>Entre vendedores e policiais</i>	42
3.2.5 <i>Entre vendedores e fiscais</i>	43
3.2.6 <i>Entre vendedores e familiares</i>	44
3.3 Sobre o discurso marginalizante	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

“É correria!”. Essa foi a frase que ouvi de três pessoas diferentes em meu primeiro dia de campo e que me marcou durante toda a pesquisa. Como poderia sintetizar em uma frase tão breve o sentimento de que, a qualquer momento durante seu horário de trabalho, de onde vem o seu sustento, haja a possibilidade de ser abordado por fiscais e, assim, perder toda a sua mercadoria. É um sentimento intraduzível e, por isso, a minha opção em trazer as palavras que meus amigos e informantes utilizaram, no título deste trabalho.

Esse é o cotidiano de centenas de trabalhadores que utilizam a Rodoviária do Plano Piloto, em Brasília, situada no centro geográfico do Distrito Federal, como local onde buscam seu sustento e o de suas famílias, enquanto alguns ainda fazem desse lugar a sua casa e moradia. É nessa busca cotidiana que se materializam histórias. Seja de aprendizado, de luta, de confrontos, de humilhação, de suor, de sobrevivência, mas também de honra, de humildade, de solidariedade, de persistência, de esforço, de mérito, de vitórias e de conquistas. São pessoas de todos os tipos, vindos dos mais diversos locais do Distrito Federal, do Brasil e até mesmo de outros países. De crianças a idosos, em sua maioria residentes de cidades satélites¹ ou vindas de outros estados e países como é o caso dos mochileiros e imigrantes e, ainda, daqueles que se reconhecem como malucos de estrada ou *hippies*, que passam utilizar esse local como ponto de encontro para vendas de seu material.

A Rodoviária é um local de trânsito intenso de pessoas, que cotidianamente atravessam aquele local, como trajetória para seus empregos, escolas, faculdades e universidades, shoppings e lojas. Seja para encontrarem seus familiares, amigos, conhecidos e colegas, seja para exercerem os mais diversos tipos de atividade que possamos imaginar. O contingente de pessoas é sempre crescente e regido por fluxos e horários, onde os funcionamentos das linhas de ônibus e metrô marcam o início das atividades do dia. A chegada dos primeiros ônibus de outras cidades acontece entre as 05h30min e as 6hrs e as atividades só se encerram por volta das 23hrs, para o metrô e 24hrs para as últimas linhas de ônibus.

Olhando de cima, do mezanino, entre a plataforma e o solo, visualizando essa simbiose de concreto, pessoas e ideias em movimento, é possível notar uma harmonia,

¹ Regiões administrativas localizadas no entorno de Brasília. Não possuem autonomia política, são dirigidas por administradores nomeados pelo governador de Brasília.

um fluxo que aos poucos se ordena e dá sentido àquela complexidade. Do enorme fluxo de pessoas que saem da estação central do metrô, algumas filas começam a ser formadas, enquanto outras pessoas sobem escadas em direção ao piso superior da plataforma, e outras ainda se amontoam de um lado da rua à espera de que o sinal vermelho do semáforo interrompa o fluxo intenso de veículos e permitam a sua travessia para, de novo, reiniciarem essa caminhada incessante.

Aos poucos, as filas começam a desaparecer, enquanto os ônibus já cheios começam a sair rumo a seus destinos, dos espaços antes ocupados por multidões, começam a surgir pequenas brechas. E é nesses locais, entre ciclos de movimento que regem esse organismo, que ficam mais aparentes os elementos mais fixos, os verdadeiros habitantes do cotidiano da rodoviária e sua estrutura, que se misturam ao fluxo, mas não fazem parte dele. As lojas, as lanchonetes, os quiosques, os carros de polícia, engraxates e também aqueles a quem dedico os meus estudos, os vendedores de rua e seus complicadores, os fiscais da Agência de Fiscalização do Distrito Federal (AGEFIS).

Alguns com suas bancas montadas em cantos, uns próximos às paredes com longos panos estendidos no chão e outros um tanto quanto mais móveis com seus carrinhos, caixas ou isopores. São dos mais variados tipos de vendedores que encontram em meio a esse fluxo, numa tentativa de sobrevivência ao caos urbano, uma tentativa inteligente digamos, que se adapta a ele e se aproveita das oportunidades que ele cria. Com a sabedoria de quem conhece as necessidades das pessoas, eles apresentam seus produtos.

De roupas para qualquer tipo de ocasião, a vários tipos de comida, brinquedos da moda e acessórios eletrônicos para celulares e todo o tipo de mercadoria, sem contar peças de arte que são vendidas e fabricadas pelos próprios artesões. Eles montam suas lojinhas e seguem anunciando, até que aos poucos, pessoas curiosas com os gritos que se mesclam ao fundo, por vezes musicais e por vezes de maquinário e aceleração de motores, se aproximam e surge a oportunidade de venda.

São gritos de sobrevivência, que anunciam seus produtos e chamam o cliente com a sagacidade de quem sabe que daquilo depende o seu sustento, gritos esses que só se calam diante de outro tipo de grito, também de sobrevivência e muito sagaz: “olha o rapa!”. Um alerta de que a fiscalização vem aí e também um chamado para que peguem tudo em um só movimento, envolvendo suas mercadorias em panos e sacolas, ou levantando suas caixinhas, para que corram para longe das vistas dos fiscais. Essa é a

correria cotidiana a qual se referiram meus informantes, e que sintetiza todo o complexo fenômeno em relação aos vendedores ambulantes, que representam parte considerável deste quarto setor chamado informalidade, no contexto da Rodoviária do Plano Piloto/DF. Esse local é para o plano de seus idealizadores o centro da cidade, no encontro dos maiores eixos que representam as asas e corpo da cidade que se assemelha a um avião.

A partir desse contexto inicial apresentado, ao estudar o caso dos trabalhadores informais desse local, procuro compreender o fenômeno do trabalho informal como uma questão de subsistência, como de resistência. O trabalho informal e os trabalhadores ambulantes no centro das grandes capitais representam o trabalho da mão de obra periférica que sustenta toda a cidade, lutando por uma autonomia e por um espaço que não lhe é concedido, e assim passa a ser tomado à força, criando atritos com autoridades e a fiscalização estatal.

Para isso, será importante o apoio bibliográfico feito no primeiro capítulo, que trata do conceito da informalidade, em sua historicidade e transformação ao longo do tempo, uma vez que esse fenômeno dos ambulantes e das feiras é uma constante dos grandes centros urbanos, apesar de não se restringir a eles.

Na busca dessa revisão bibliográfica, com o propósito de ampliar meus conhecimentos sobre os problemas teóricos e metodológicos centrais do meu tema, o trabalho informal e, em mais específico, os trabalhadores de rua e ambulantes, encontrei pesquisas que se dedicavam a estudos de determinados locais com focos diferentes do meu, como a regularização de camelôs em um camelódromo no RJ, práticas de pirataria e práticas de vendedores de rua e feirantes.

O trabalho de Almeida (2013) retrata a instabilidade de emprego que alimenta o mercado informal na cidade de Fortaleza. Baseando-se em Marx, a autora crítica como o trabalhador tem sido explorado e tem tornando-se como mercadoria devido a alienação que sofre no cenário neoliberalista. Demonstrando a fragmentação da classe trabalhadora e a desregulamentação de seus direitos, com dados que demonstram como a informalidade é vista como estratégia de sobrevivência frente ao desemprego, num aumento de trabalhadores de rua, que frequentemente são alvos de contradições sociais na tentativa de sair da vulnerabilidade, o trabalhador acaba sofrendo com as precarizações e exclusões que ocorrem nesse tipo de mercado.

Ainda na possibilidade de diferentes abordagens encontrei o trabalho de Ribeiro (2010) que acompanha a história de Paulo Cesar um bem sucedido vendedor de

amendoim no Rio de Janeiro, fazendo análise de sua estratégia de vendas em paralelo com o marketing teorizado por Kotler, em sua atuação como camelô.

Achei posteriormente, um interessante recorte de gênero em Moraes (2008), onde a autora visa à participação das mulheres no mercado informal como forma de complementação de renda e alternativa ao desemprego, com a mulheres que revendem produtos Avon. Ademais, o trabalho de Da Silva (2015) retrata também o duro processo da retirada de vendedores no parque Sólon de Lucena, em João Pessoa, onde se retrata o descaso de uma ação sem planejamento que deixou aproximadamente 200 ambulantes desempregados. Por fim, no trabalho de Vieira (2009) demonstra a relação com o espaço público e o duro processo de transferência de trabalhadores frente a criação de um camelódromo em Uberlândia, em um jogo político de defesa de interesses frente ao poder público durante 1995 até 2008.

Encontrei ainda extensa bibliografia sobre as relações entre formalidade e informalidade, sobre as percepções jurídica, econômica e popular sobre o tema, e também os que se dedicavam a uma busca pela origem e história de como o termo “informalidade” vem sendo usado, quais eram os projetos governamentais para esse setor desde o século XX até os dias mais recentes, com o surgimento de uma “nova informalidade”, e, ainda sobre a prática desses trabalhadores em meio urbano. Estas são obras em diálogo com outras obras que julguei serem mais apropriadas para o que desejo abordar às quais se somará esse trabalho visando uma perspectiva diferente.

Pensando no método mais apropriado, busco em outros trabalhos soluções quanto à metodologia que vem sendo utilizada pelos autores para que pudesse na minha prática de campo acessar os dados que dialogam com as teorias que aponto como centrais e aqui trarei mais adiante neste trabalho inicial de minha pesquisa. Pretendo por meio dessas reflexões iniciais, trazer para a discussão, certo enforque que localize essas ideias junto ao meu contexto estudado. Procuo trazer também questões que me parecem centrais para o tema, assim como os principais problemas e questionamentos que surgiram acerca do assunto.

Por fim, trago ideias a respeito da minha jornada durante essa pesquisa e como muitas de minhas ideias iniciais sobre o tema foram transformadas pelos acontecimentos que se sucederam. Não só a respeito da prática antropológica como também da metodologia etnográfica utilizada e o que considero que ter o papel central em todo esse trabalho: as experiências vividas e trocadas, nesse breve período de tempo

em que mergulhei no local e prática de trabalho dessas pessoas pelas quais hoje guardo profunda admiração e respeito.

CAPÍTULO 1: A INFORMALIDADE COMO CONCEITO

Para tratar do conceito de informalidade no que toca às relações trabalhistas, é necessário que nosso ponto de partida seja estabelecido naquilo que é considerado um contrato formal, assim como o define o Estado, a partir de legislação. A informalidade se dará nas mais variadas formas de contratos, portanto, defini-la será da maior dificuldade enquanto o único aspecto que estes contratos ditos informais certamente terão em comum será o fato de não serem qualificados como formais.

Ainda, se colocada a questão da inexistência de clareza e consenso sobre os “padrões mínimos legais”, veremos que as percepções sobre o que será qualificado como informal diverge e se mescla junto a percepções sobre o que é formal (no sentido de legal) em contraposição com aquilo que é ilegal, ou junto a aquilo que formal, justo, ou informal, injusto (NORONHA, 2003). Dessa maneira aquilo que não está regularizado e reconhecido pelo estado, por vezes será percebido enquanto injusto ou mesmo ilegal, tal como seriam as práticas do trabalho escravo e do tráfico de drogas, por exemplo, as quais o estado reconhece como ilícitas.

É necessário, entretanto, observar que as atividades do comércio de rua e a prática dos ambulantes não se encaixam na forma como é previsto o contrato formal sendo, portanto, uma prática informal. Entretanto, também não é considerado crime a ser tratado na esfera jurídica. Assim, será crucial analisar a diversas percepções acerca do tema como tem sido tratado por economistas, juristas e pela opinião pública.

A partir da revisão bibliográfica feita mostrou-se importante observarmos que a noção do que é considerado trabalho, e ainda o que caracteriza a sua formalidade, foram construídas ao longo do tempo. Esses conceitos foram sendo definidos aos poucos pelas leis de salário mínimo, a jornada de trabalho, as férias anuais e diversos outros direitos trabalhistas estabelecidos pelo Estado, que hoje constituem características da noção que se tem de trabalho formal (idem) .

1.1 Informalidade, desemprego e autonomia

“A literatura especializada sobre a informalidade convencionou associar a origem do termo do setor informal à Hart, antropólogo inglês que pesquisou as oportunidades de renda e o emprego urbano em Gana” (PERES, 2013, p. 271). Neste contexto o termo era utilizado para descrever as camadas mais baixas da população que

subsistiam fora das instâncias formais de regulação. Entretanto, foi na Organização Internacional do Trabalho (OIT), quando o termo ganhou sua primeira aparição e difusão no cenário internacional.

“Cabe assinalar que a ampla difusão do termo setor informal ocorreu por conta de sua adoção no relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no âmbito do Programa Mundial de Emprego do *Bureau International du Travail* (BIT), sobre a estrutura produtiva e do emprego no Quênia no início da década de 1972 (INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION, 1972). Um dos seus propósitos (teórico-acadêmicos) era responder às questões suscitadas pelas teorias da modernização, as quais argumentavam que o segmento moderno da economia absorveria o setor tradicional tal “como a locomotiva fez com o carrinho de mão” (HUGON apud PERES, 2013, p.33).

Havia ainda uma percepção de que o setor formal englobaria as diversas categorias de trabalho existentes à época no século XX, de maneira que os primeiros beneficiários dos contratos de trabalho formais foram os servidores públicos, seguidos então pelos trabalhadores urbanos não industriais. “Quando o capitalismo partilhava a ideia de que a sua organização produtiva, regulada pelo livre mercado, se expandiria de forma equilibrada, homogênea e amplamente integradora, o “setor informal” era visto como sinônimo de atraso” (TAVARES, 2002, p. 51.).

Contrariando a percepção de que o setor informal existente seria eventualmente englobado pelas formas contratuais que foram se estabelecendo, o setor informal não acabou, mas pelo contrário há indicativos de que o setor informal tem crescido como nunca antes. Vejamos a passagem do texto de Thiago Peres (2015):

“Como sintetizam Tokman e Souza (1976), as pessoas são impelidas a encontrar ou criar atividades, em geral, vendendo produtos ou produzindo com produtividade e rendimentos baixos, a fim de garantirem uma sobrevivência. Essas atividades caracterizam-se a) pela facilidade de acesso ao setor informal; b) exigem pouco capital e qualificações; c) possuem um mínimo de hierarquias com o empregador, não raro, atuando também como trabalhador; d) contam com familiares sem remuneração; e) e assalariados sem contrato de trabalho”. (PERES, 2015, p. 4)

Vemos como são variados os motivos e porquês, das pessoas decidirem pela prática do trabalho informal, e também são diversas as suas consequências ao lidar com a opção de trabalho que pode trazer uma maior autonomia, ao mesmo tempo em que aparece em uma situação à margem do conceito formal de trabalho, trazendo assim diversas opiniões e percepções sobre uma mesma prática. Como será tratado mais adiante.

Outra perspectiva procura relacionar ainda o crescimento do setor informal como uma consequência direta do desemprego, o que não abrange a complexidade da questão em seu todo. É correto afirmar que muitos dos trabalhadores que se encontram no setor informal estão ali por dificuldades de se adaptar a um emprego formalizado, seja por falta de capacitação ou por não corresponder às exigências que o mercado impõe. Entretanto, também é possível observar, como será tratado em exemplos encontrados em meu campo mais a frente no trabalho, que muitos estão ali por vontade própria, na possibilidade de trabalharem como autônomos e possuir, assim, certa independência quanto a carga horária, local de trabalho entre outros aspectos. Sendo necessário ainda dizer que haverá também formas de trabalho as quais não se encaixam na forma que a legislação trata sobre o contrato formal, como a atividade dos artesões, por exemplo. Nesse sentido, Pamplona (2013) traz uma definição que trata sobre a autonomia dos trabalhadores informais: “O setor informal representa uma forma de produzir caracterizada, fundamentalmente, pela existência do auto-emprego ou da auto-ocupação” (p.228), onde fica mais explícito como para muitos o trabalho informal aparece como uma alternativa ao desemprego.

“Possivelmente, nem toda atividade de comércio de rua é fruto da crise econômica conjuntural ou da pobreza ou de ações ilegais socialmente condenáveis (contrabando, pirataria, receptação). É necessário considerar a possibilidade de que haja ambulantes que tenham recursos diversos que lhes deem condições de tocar seus negócios de forma econômica e socialmente viável. É preciso investigar o comércio de rua tendo em vista sua heterogeneidade, seu grau e a forma como se manifesta na grande cidade. Assim, traçar os perfis pessoais e ocupacionais dos ambulantes, caracterizar as formas de operação de seu comércio e verificar suas diferentes respostas aos ciclos do mercado de trabalho são objetivos essenciais de uma agenda de pesquisa que procure oferecer elementos para uma adequada regulação pública dessa atividade diversa e contraditória”. (PAMPLONA, 2013, p. 226)

Trata-se de um problema recorrente nas investigações de Ciências Sociais, a tendência de uniformizar a categoria de pobreza. Essa perspectiva impede de ver a realidade em suas características específicas a cada caso, sendo também reflexo do legado da Antropologia onde esta se alinhou desde seu início a uma visão da elite, possuindo um teor metodológico marcado pela sua participação no neocolonialismo de onde surgiram seus preceitos. Nesse princípio o outro se torna passível de ser mero objeto de estudo, o que causou inúmeros conflitos e erros em sua fase precoce e mais tarde assunto de discussões muito importantes que procuraram reformar o papel do antropólogo, atingindo uma maturidade do método. É de se esperar que, o que será observado na prática de um trabalhador informal, seja também comum aos demais numa

mesma condição, mas a verdade é que nem sempre valerão as afirmações feitas sobre um trabalhador específico quando aplicadas de uma forma generalista. Cabendo assim a utilização de um método simplificado, dedicado a abordar o maior número de pessoas, mas mais importante ainda, que se permita que mostrar as nuances e os aspectos específicos a atividade e história de cada um dos casos abordados. (BORGES, 2009)

1.2 Trabalhadores de rua e a cidade

“Segundo seus críticos, a presença de comerciantes de rua alimenta o processo de desvalorização imobiliária, deixa lixo nas ruas e dificulta a mobilidade urbana. De fato, grande parte dos ambulantes não cumpre obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e uma parcela deles está envolvida com atividades de contrabando e receptação. Não obstante, ao comércio de rua pode ser atribuída uma importante função “absorvedora de choques” no mercado de trabalho. Além disso, a atividade exerce papel relevante na cadeia de distribuição e comercialização de produtos para a população de baixa renda das cidades, ao oferecer mercadorias a preços mais baixos e de fácil acesso. A existência do comércio de rua não é simplesmente maléfica ou benéfica para as grandes cidades. O comércio de rua tem efeitos heterogêneos”. (PAMPLONA, 2013, p. 226)

A presença dos trabalhadores de rua, tão típica dos centros urbanos de cidades metropolitanas, implica numa série de relações espaciais e simbólicas. A tentativa de criar ao consumidor um momento onde esse veja e compre o produto sem ter de desviar do seu caminho e suas obrigações, torna muito comum a presença de vendedores em rodoviárias e centros urbanos de grande circulação. Por muitas vezes os passageiros passam desviando, olhando de canto de olho as mercadorias que ali são oferecidas, que por sua vez em certa medida dificultam a passagem das pessoas ao mesmo tempo. É nesse olhar desinteressado que são estabelecidas as primeiras formas de contato com o cliente. Os gritos sucessivos, argumentando as vantagens do preço do seu produto são substituídos, caso haja espaço para uma conversa, por tentativas de convencimento do porquê da vantagem da compra ali naquele momento com ele, e não com os demais vendedores. É nesse ambiente cercado de multidões que se forma a cada momento, em períodos quase que calculáveis, a ação dos vendedores. E é através da capacidade de convencimento do cliente que muitos destes conseguem fazer valer seu diferencial. “(...) se o comercial chamar atenção e o vendedor for educado, as chances das vendas serem bem sucedidas aumentam. Se o vendedor faz um apelo, tanto de ordem moral quanto sentimental há um maior envolvimento da clientela e mais sucesso nas vendas.” (RAPOSO, 2015, p.54)

Para muitas pessoas o trabalhador ambulante, em espaços públicos, será visto como dificultador, pela forma com que ocupa o espaço comum, gerando uma visão marginalizante da atividade que estes exercem, como se esse fosse um empecilho à mobilidade. E é essa mesma visão que por sua vez levada a outra esfera, a do mercado imobiliário, que confirma a visão mostrada anteriormente na citação de Pamplona (2015), onde o mercado informal é visto como um motivo de desvalorização de bairros do centro das cidades. Por outras pessoas será visto ainda como um vendedor de produtos de má qualidade, uma vez que são vendidos na rua e não em lojas, dificilmente podendo comprovar a sua procedência e qualidade. Há outras pessoas ainda, que por não reconhecerem essa forma de trabalho como uma alternativa ao desemprego, não considerará a pessoa como trabalhador, taxando assim a atividade de vagabundagem, num argumento hipócrita dizendo que a pessoa conseguiria um emprego formal se assim o desejasse, sem levantar maiores questionamentos sobre o verdadeiro motivo que leva ao engajamento da pessoa naquele tipo de atividade. É entre esses tipos de olhares que caminha o vendedor ambulante o que confirma a fala de alguns quando dizem que “trabalhar nos ônibus não é para qualquer um”, ao expressar-se sobre a sua atividade em vista às dificuldades a que se submetem ao trabalhar como vendedores dentro de ônibus. (RAPOSO, 2013)

1.3 Rotas e relações da informalidade

Rosana Pinheiro-Machado, em sua obra “China-Paraguai-Brasil uma rota para pensar a economia informal”, demonstra como se formam as redes relacionais dentro do setor da informalidade, e ainda como setores formais da economia tem alimentado o setor informal e vice-versa. Ao longo do trajeto que o produto percorre, desde sua produção até a sua venda final por um comerciante de rua, encontram-se atividades que são reconhecidas como formais. No caso específico estudado por ela, a prática de fabricar produtos semelhantes aos de uma marca sob o nome de uma marca de nome bem semelhante, não constitui uma prática informal. Ilustrando a fabricação de réplicas na China, o que no Brasil seria considerado pirataria, não é ilegal em alguns países. Ela relata justamente como “Nem tudo que é informal é ilícito” e ainda demonstra o “emaranhado em que os conceitos de (in)formal, (i)legal e (i)lícito se encontram na referida realidade empírica.”(PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 119). Seguindo o

caminho que o produto percorre da China ao Paraguai para depois entrar ilegalmente no país, pela fronteira, até chegar a banca de camelôs, a autora aponta inclusive como empregos formais tem sido criados para manter o fluxo de produtos por esse trajeto. Assim, através de entrevistas também assinala um *ethos* empreendedor, ou um comportamento ao longo desta linha a qual o produto percorre, onde quão cedo a pessoa aprendesse a atividade a qual ela antes exercia para outra pessoa, ela se tornaria independente, logo que adquirisse o *know-how* esta se tornaria um empreendedor por conta própria.

Dessa forma, fica marcada em sua obra a fala de pessoas que entraram para determinado negócio através de amigos, familiares ou até de outras maneiras, como empregados, mas que ao aprender a atividade partem para o trabalho informal para assim “ser seu próprio chefe”. E ainda como os jornais insistem em divulgar a apreensão de materiais desses trabalhadores de uma forma noticiosa onde os termos usados contribuem para uma visão marginalizante, dando-lhe uma ideia romanceada e de ilegalidade acima de tudo, que compreende a atividade do mercado informal que é um fenômeno muito mais complexo do que a ideia que os jornais costumam transmitir. (PINHEIRO-MACHADO,2008). Em um fenômeno similar ao que trato mais à frente sobre as formas como os termos “informal” e “trabalho informal” têm sido usados.

1.4 Percepções acerca do uso do termo informal e o trabalho informal

Devemos pensar também na aplicação do termo informal, em como ele vem sendo usado.

“Se esse conceito adquiriu algum significado claro foi devido a certa abordagem econômica que vinculava a “informalidade” (ou melhor, o subemprego) a atividades periféricas não rentáveis. Contudo, o uso coloquial do termo no Brasil está ligado à legislação: o trabalho é formal se, e somente se, o trabalhador possui carteira de trabalho assinada ou registro de autônomo ou, ainda, *status* de empregador”. (NORONHA, 2003, p. 115)

Neste momento nos deparamos com a aplicação do termo em diferentes abordagens. A primeira tal como o termo aparece em seu uso coloquial, muito frequente da opinião pública. Essa aplicação se baseia somente na questão de se a pessoa “possui carteira de trabalho assinada que comprove vínculo empregatício ou registro de autônomo”. De forma que quem possui um registro que comprove seu status enquanto empregado, autônomo ou empregador, é trabalhador formal, e quem não o tem seria,

portanto, informal. A segunda forma de abordagem do termo se refere a abordagem econômica, que considera a informalidade uma forma de subemprego, e normalmente é utilizado ao se referir a “atividades periféricas não rentáveis”.

Nota-se uma terceira abordagem de cunho jurídico, onde rigorosamente, não haveria contratos formais ou informais, mas apenas legais ou ilegais.

Dessa forma, há três pares contrastantes de conceitos por meio dos quais são percebidos os contratos de trabalho: formal e “informal”; legal e ilegal; justo e injusto. Embora “informal” tenda a ser identificado com “sem carteira” e este com “injusto”, a aderência dos conceitos não é linear. (NORONHA, 2003, p. 115)

Essa visão de que o trabalho que não possui carteira assinada é informal, e nesse momento ao dizer informal, querendo dizer-se injusto, é uma visão construída a partir da percepção que vê os direitos trabalhistas tal como eles são assegurados pela condição de trabalhador assalariado, com carteira assinada como uma fonte de cidadania à pessoa. Nesse sentido a carteira assinada torna-se um seguro de que a pessoa terá seus direitos reconhecidos. E trabalhar um vínculo empregatício que não possa garantir os seus direitos como trabalhador faz com que esse vínculo seja percebido, por vezes, como injusto.

Entretanto, há de se acrescentar ainda que não são raros os contratos que não possuem registro, e a forma como esses representam para o empregador uma flexibilização quanto às condições do trabalho prestado, e a partir do momento que não precisa pagar impostos pelo vínculo formal com o empregado, esse contrato teria um efeito de sonegação por parte do empregador. Mas a ausência de um contrato escrito, não quer dizer que não haverá um contrato verbal, apesar de mais flexível e ajustável enquanto a prestação de serviços, nesses momentos caso seja lesado em seus direitos a ausência de um contrato servirá como um argumento contra o empregador que optou por não formalizar aquele contrato.

Neste caso, as vantagens e a segurança do registro tornam-se mais atraente do que a liberdade do prestador de serviços. Portanto, os limites entre o contrato “informal” “justo” e “injusto” dependem tanto da percepção de quem será lesado com o não cumprimento da lei, como de uma noção de piso de direitos e da atratividade que o sistema solidário implícito no contrato representa. (NORONHA, 2003, p. 122)

De maneira que o contrato formal aparecerá nesta relação como um tipo ideal ou, ainda, como uma base de contrato que norteará os direitos assim como carga horária de trabalho e salários.

Os cidadãos dos centros urbanos têm como parâmetro do ideal o contrato em carteira; alternativamente, e com mais intensidade sonha-se com um trabalho

autônomo, mas quase nunca com um contrato de trabalho “informal”. O “ideal” varia entre a segurança do contrato de trabalho (cujos inconvenientes são os deveres a ele associados) e a liberdade do autônomo – atividade arriscada especialmente para não-profissionais. Entre esses dois “ideais”, muitos contratos atípicos são percebidos como “aceitáveis”, isto é, nem “ideal” nem “inaceitável”. Entretanto, para ser “aceitável” é necessário possuir o mínimo de direitos, os quais são frequentemente inspirados na legislação do trabalho, tais como 13o salário, vale-transporte e férias anuais. (NORONHA, 2003, p. 122)

É importante ressaltar que, apesar de “aceitável”, nem todo contrato poderá ser considerado justo. Os que costumam ser ditos “inaceitáveis” são normalmente também considerados injustos.

Um trabalho pode ser *inaceitável* para uma pessoa devido a muitos fatores, tais como as tarefas requeridas (por exemplo, atividades inferiores às qualificações não são bem vistas pelos empregados, especialmente as “degradantes”), as condições do ambiente de trabalho (por exemplo, ambientes sujos e insalubres), ou relações pessoais (chefes autoritários), entre outros. (idem)

O fato é que os tipos de contrato que são considerados inaceitáveis muitas vezes o são por condições de trabalho semelhantes às do trabalhador de rua, mas que encontram um contrabalanço na relação de autonomia que a pessoa possui. Muitas pessoas trabalham como informais sob condições as quais não aceitariam em um vínculo de empregado, mas dadas as vantagens de ser autônomo, como a margem de lucro maior, trabalhar a quantidade de horas que desejar, o fazem na condição de informais.

Neste capítulo foi possível fazer uma breve revisão do conceito de informalidade, importante aporte teórico que abre espaço, em seguida, para a observação prática em campo das relações entre esses termos e meu lugar como antropólogo no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2- SOBRE O SER ANTROPÓLOGO E O MÉTODO ETNOGRÁFICO

Neste capítulo, busco tratar de questões iniciais e reflexões que vieram antes do meu trabalho de campo, ou no início dele. Ele se mostra importante devido às reflexões da minha posição como estudante de Antropologia, alguns questionamentos ao decorrer de meu curso, além de reflexões ao lidar com o trabalho de campo na Rodoviária do Plano Piloto.

2.1 A peça que não se encaixa, a presença do antropólogo em campo

Ao longo da minha graduação uma grande inquietação me acometeu, quando percebi que as pessoas, em sua grande maioria, não sabiam de fato o que era a atividade do cientista social, quanto menos do sociólogo e quem dirá do antropólogo. Uma situação que ilustra bastante esse sentimento foi quando, a partir de um trabalho para uma disciplina de introdução, fizemos uma pesquisa sobre Ciências Sociais na vida e na escola. Este mesmo questionário revelou que a maioria das pessoas não sabe realmente do que tratam as Ciências Sociais, e as que tinham uma vaga noção fizeram conexões com disciplina de Sociologia enquanto uma matéria de Ensino Médio.

Quando citado o nome Antropologia uma quantidade menor ainda a ligou a disciplinas de Ensino Superior como Antropologia da Religião, Introdução a Antropologia, ou ainda Antropologia voltada a sua área de formação, tal como Antropologia da saúde. Matérias que foram vistas como formas de preencher o histórico escolar e a grade horária. Mas o fato é que poucas pessoas souberam explicar do que se tratava ou ainda, qual o objeto, e qual método dessas disciplinas. As respostas mais próximas de uma noção concreta se aproximaram a “estudar a sociedade”, quando tratando da Sociologia, mas sobre a Antropologia em especial, as mais comuns que se aproximavam do sentido real eram, “pesquisar índio”.

Em outra situação que considerávamos hilária em nosso grupo de formação, contava como uma colega ao dizer que estava estudando Sociologia, em um jantar de família, foi questionada por um dos presentes se ela seria tal como a moça que aparece no programa do Serginho Groisman dando dicas de sexo para as pessoas. Situação um tanto cômica e constrangedora, mas que em breve se esclareceu quando ela explicou que a moça que aparecia naquele programa era uma sexóloga e não uma socióloga.

O que pretendo ilustrar aqui é como a atividade de antropólogo é pouco conhecida na sociedade em geral, o que torna passível de inúmeras leituras a presença do antropólogo em campo. Muitas vezes vejo relatos semelhantes em outras obras onde, o autor é questionado, “Você não trabalha, não?”, “Você não tem família?”, “O que você quer com essas perguntas? Como você é curioso!” E é nesse ponto onde tem se encaixado aquilo que quero dizer.

Recorro a uma analogia para explicar o meu sentimento em campo. E me utilizando dela afirmo que o antropólogo aparece em seu campo de pesquisa para as outras pessoas tal como o Coringa aparece em um jogo de cartas. Talvez não seja perfeita a sua compreensão quando o digo, mas espero me fazer mais claro mais à frente. Quando chegamos a um campo muitas vezes somos interpretados pelos outros como pessoas que não tem família, ou trabalho, ou algo melhor a fazer, nesse ponto é o ponto baixo de todas as leituras que as pessoas poderiam fazer de nós, sendo assim como o Coringa, quando assume a posição da carta mais fraca do jogo. É nesse momento que as pessoas se questionam, o porquê nos dar atenção, ou ainda, o que queremos com tantas perguntas.

Em outros momentos, dependendo da forma como acessamos aquele campo, supondo, chegamos nele através da autorização de alguém. Sendo essa pessoa é uma pessoa importante, e quanto maior for o senso de autoridade desta pessoa para o restante dos indivíduos que estudaremos maior será, também, o senso de obrigação em colaborar dessas pessoas para conosco. Para ilustrar esse último caso, digamos, que fomos autorizados pela liderança do grupo em frente a todo o grupo a fazer perguntas e que foram atribuídas atividades a cada um como formas de colaborar com nossa pesquisa. Nesse momento o Coringa, que é o antropólogo, assume um valor alto dentro do cenário do jogo, que representa a interação com as outras pessoas da qual depende a pesquisa.

Eis que a analogia deixa de ser perfeita. Ambas a situações, podem não ser as ideais. Pois em um sentimento de obrigação, as pessoas podem dar somente respostas diretas, ocultando aquilo que é mais rico para a nossa pesquisa, tratando-nos somente pelo vínculo de obrigação em respeito à autoridade. E no primeiro caso, onde a insignificância da nossa presença torna-se um empecilho às atividades que este tem a cumprir, num sentimento de que não faz a diferença se estes colaboram conosco ou não, pouco faz diferença a nossa pesquisa na vida destes, ou pior, trazermos o sentimento de que estamos ali somente para atrapalhar seu trabalho.

Confesso que em meu caso, como estava conversando com meus informantes em seu horário de trabalho, a minha presença foi por diversas vezes mais vista como um empecilho do que com bons olhos. Entretanto, houve aqueles que me acolheram com o sentimento que expressei em suas palavras “De boa, senta aí. Não tem problema não. Bom que a gente vai conversando” Momento onde minha presença tornou-se, após a primeira vez onde deixamos de ser estranho, algo agradável, visto que assim ele teria alguém para conversar enquanto trabalhava.

Em outros casos, a minha conversa teve de ser breve, uma vez que a forma de vender dependia de estar constantemente anunciando e chamando a atenção do cliente para olhar o produto. Segundo eles, “o importante é anunciar o preço do produto, pois muitas vezes o cliente passa se aproxima, sente o interesse, mas não sabe o valor.” Por isso, após um tempo considerável de conversa, quando sentia que o assunto estava se esgotando, ou mesmo, por iniciativa de meu interlocutor que dizia que agora deveria “arrochar”, explicando que precisava dar duro no trabalho, agradecia e me afastava. Ainda quando senti que devia, fazia um pedido de desculpas caso tivesse incomodado, ou atrapalhado seu trabalho, o que quase sempre era respondido com um “Que nada, estamos aí”. Essa minha preocupação em não me tornar um empecilho era realmente muito forte. E isso se refletia na forma como procurei ter conversas não tão extensas, buscando deixar bem claro que a prioridade ali era o trabalho dele. Nesse sentido se precisasse interromper a conversa para atender alguém, inclusive dizendo que caso pudesse oferecer algum tipo de ajuda estava disponível.

A forma como fui recebido foi em sua maioria muito calorosa, é claro que busquei também procurar interlocutores que não estivessem aparentemente muito agitados em suas vendas, para assim não atrapalhar a atividade do qual eles tiram seu sustento. Priorizei também, sempre por entrevistar aqueles que estivessem de forma mais descontraída ou sem clientes no momento de minha abordagem. Mesmo assim, o sentimento que fui majoritariamente recebido foi de bastante a empatia dessas pessoas em ajudar, ou em outras palavras “ver o lado” do outro e colaborar.

Minha apresentação ocorria sempre de maneira a dizer que era pesquisador, e a medida que fui aprimorando comecei a complementar com: estudante da Universidade de Brasília, em alguns casos mostrava a carteirinha de estudante o que dava mais credibilidade a minha afirmação. Em outros casos dizia estar interessado em aprender sobre a profissão que eles, meus interlocutores, exerciam. O que não trouxe muitos bons resultados, na forma de respostas como “Quer saber o que, irmão?” ou “Não tem muito

que saber não, é isso aí, os clientes passam e a gente vende”, uma postura rígida, mas que melhorava à medida que viam do conteúdo que tratavam as minhas perguntas.

Em alguns momentos o fato de ter me apresentado como antropólogo trouxe novamente posturas mais rígidas do que flexíveis. Mas que também eram inevitáveis, uma vez que me apresentava como estudante, as pessoas em determinado momento me questionavam, “Estuda o que?”. E assim começava a minha jornada em tentar explicar em palavras simples, qual era a atividade de um antropólogo. A medida que respondia que estudamos as sociedades, e as relações sociais que se criam dentro dos grupos de pessoas, entre outras respostas que julguei não serem complicadas, as dúvidas se multiplicavam, e somente se encerravam com um sentimento de “não sei se entendi, mas não importa, deixa para lá”.

Confesso que se tive sucesso em deixar as pessoas um tanto mais confortáveis com a nossa conversa, e se consegui acessar a informação que tive contato, isso aconteceu a partir de uma mudança de postura que tive depois de uma reflexão com minha orientadora, Antonádia Borges.

Em um de nossos encontros, cheguei em seu escritório com um questionário pronto, contendo aproximadamente 33 perguntas. Logo que conversamos a professora me apontou uma faceta de minhas perguntas que eu não tinha percebido. Elas eram muitas vezes invasivas, e com informações que não permitiriam acessar assuntos que de fato importavam para a minha pesquisa. A nossa reflexão conjunta foi justamente de que aquele tipo de pergunta reproduzia um tipo de violência que o próprio Estado pratica diariamente contra essas pessoas, jogando-as contra a parede e questionando-as se elas possuem determinado grau de escolaridade, se já haviam trabalhado de carteira assinada etc.. Perguntas que são sim relevantes ao meu trabalho, mas que criariam de novo a postura de rigidez que provavelmente levariam as pessoas a responder-me com um sim ou não, a fim de que a pesquisa acabasse o quanto antes e pudessem voltar a trabalhar.

Nasceu daí e depois da leitura do texto *“Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa”*, escrito por minha orientadora em conjunto outros antropólogos, a postura onde passo a entender como o centro de minha pesquisa, histórias situadas na própria vida das pessoas, que incluam questões abordadas por minhas perguntas iniciais. Para que, quebrando com a postura clássica da antropologia ainda etnocêntrica, deixasse de rebaixar o outro a um mero objeto de estudos digno de escrutínio e passássemos a

observa-lo como um ser tão complexo como nós mesmos. E assim deixar de recorrer a analogias, metáforas, classificações e suposições nossas para explicá-los mas descrever essa complexidade tal como ela se apresenta a nós. (BORGES, 2015)

E assim romper com a alteridade clássica onde somente o outro se mostra como enigmático, ou como objeto nesta relação de conhecimento, em busca do ideal em que ambos estejam se conhecendo e analisando sua forma de conhecer de modo que o interlocutor tenha uma expertise sobre o assunto, possa ser ouvido como merece ser ouvido, tal como sugere Mafeje no texto em questão. (idem)

As barreiras linguísticas, que representam muitas vezes a dificuldade principal nos estudos etnográficos, com os problemas de tradução de conceitos e formas de explicar através de noções da nossa língua o que o outro diz e apresenta, como parte de quebrar a barreiras da alteridade clássica já estavam no meu caso, inicialmente superadas.

Assim minha questão era etnografar pessoas da mesma cidade que eu, mas com realidades e abordagens completamente diferentes daquela por mim conhecida. Era um grande exercício de “sair da minha própria bolha”, como me falou um de meus informantes. Era deixar de olhar a rodoviária como um local onde só iria em casos de necessidade e só de passagem, um local um tanto inóspito devido à multidão, nunca me agradou a ideia de estar em locais cheios, e ainda dialogar com o tipo de vendedores que eu nunca costumei dar atenção. Foi preciso me despir de ideias preconcebidas, onde sentar-se no chão da rodoviária, por exemplo, que era uma coisa que nunca pensaria em fazer, passou a ser normal e parte necessária ao meu convívio e diálogo de igual para igual com essas pessoas, se é que isso foi possível.

A partir dessa mudança de postura, o primeiro passo tal como sugerido por minha orientadora foi deixar de lado o meu questionário e focar nas relações com as pessoas, procurando criar vínculos antes mesmo de buscar informações. Focar em apresentar-me como uma pessoa confiável antes de fazer qualquer pergunta, que de outra forma me traria respostas secas e improdutivas. Assim, meu foco foi em avisar meus interlocutores de minha pesquisa, em tentar ter conversas mais breves e de linguagem informal, sem me apoiar em um questionário escrito e rígido. Apesar de que foi importante sempre ter uma colinha no bolso, para caso começasse a ficar sem assunto ter a o que recorrer, o importante era trocar informações, partilhar também minha opinião sobre o assunto, me situar, falar da minha vida quando questionado.

Minha capacidade de manter uma conversa de forma descompromissada foi testada ao entrevistar um caixeiro², de aproximadamente 60 anos. A princípio suas respostas eram todas muito simples e rígidas. Mas à medida que a conversa foi situando em sua vida ele pareceu ganhar mais propriedade, afinal, ela deixava de parecer uma entrevista que buscava informações específicas e passou para uma simples conversa informal, apesar de que ainda muitas vezes me baseava em questões que levava no bolso, caso a conversa parecia chegar ao seu fim.

O chão me faltou quando este revelou que era morador de rua, e por isso, mais do que a maioria das minhas perguntas que eram meu apoio caso ficasse sem assunto, que questionavam sobre sua família, sobre sua ida e vinda de casa para o trabalho, sobre suas perspectivas de vida todas foram reduzidas a uma resposta bem crua que já respondia todas as anteriores. Meu interlocutor era morador da Rodoviária, isso me fez repensar mais uma vez se minhas perguntas e até mesmo se o rumo de meu trabalho estava correto.

Percebi que não se tratava de uma exceção, mas sim de um caso bastante comum que ainda não havia enxergado dentro do universo dos grupos de trabalhadores que pretendia investigar. Por isso, mostrou-se mais uma vez necessário deixar a pessoa à vontade para falar sobre sua vida. Não que minhas perguntas estivessem erradas, mas o que se revelou com essa situação foi que minha pesquisa tinha um enfoque e um assunto teoricamente que não englobava a total realidade de casos dos meus possíveis interlocutores.

Essa situação relatada foi como um teste à minha ideia preconcebida de pesquisa e capacidade de conversar informalmente com meus interlocutores. Houveram situações onde informações iam surgindo durante nossa conversa, sugerindo caminhos os quais eu poderia utilizar para conduzir o rumo das ideias que estavam sendo tratadas. Mais uma vez percebi que aquilo que me servia de base, as perguntas que levava em minha colinha de bolso, tinham um enfoque que não abrangia a todos os que entrevistaria durante a minha pesquisa.

Ao contrário do que vinha fazendo, tentando conduzir a conversa a partir daquelas perguntas como um norte para que os assuntos não se dispersassem e não excedesse o tempo conversando sobre coisas que não pensava ser importantes para a minha pesquisa. Eu deveria na verdade, simplesmente deixar a coisa ir o mais longe

² Caixeiro são uma categoria de vendedores ambulantes que usam caixas como suporte para mostrar seus produtos.

possível, pois os assuntos que as pessoas tratavam eram de importância para elas, e faziam assim parte da sua mentalidade cotidiana, ou ainda sobre as coisas que costumam pensar quando estão trabalhando.

Essa perspectiva se mostrou bastante interessante quando conversei com um interlocutor equatoriano. Ao contar sobre sua vinda ao Brasil e todos os anos em que vivera trabalhando como ambulante, mostrando experiências importantes que revelam assim a realidade de cada local onde viveu: sua cidade de origem, onde havia trabalhado com carteira assinada ainda jovem, depois em São Paulo, onde começou a vender como ambulante junto a seu irmão, e depois disso em Florianópolis e Rio de Janeiro, antes de chegar a Brasília. Os relatos de sua experiência de vendas na rua mudavam de perspectiva também à medida que ele falava de cada uma das cidades, pois relatava também uma visão geral que tivera de sua experiência em cada local.

Assim, minha preocupação foi em como dar a liberdade para que a pessoa contasse sobre a sua vida, dando espaço para mais assuntos e que eram tratados com mais propriedade uma vez que faziam parte das suas próprias histórias. Dessa forma, os dados passaram também a serem mais ricos, uma vez que a repetição das perguntas que trazia sobre a prática de ambulante começou, aos poucos a revelar lugares comuns e ideias das quais partilhavam todos os vendedores.

Em certo momento foi também motivo de desânimo verificar que os dados passavam a se repetir e que aparentemente minha pesquisa não traria nada de novo. As informações estavam cada vez mais indo de encontro a aquilo que tinha lido em minhas referências bibliográficas, confirmando ideias que já tinha absorvido através da leitura e que, portanto, não se tratavam de nenhuma novidade. Entretanto, em duas experiências em particular, uma que ocorreu com este rapaz imigrante e outra com um *hippie* de estrada, que traziam todo um universo que ia para além das narrativas que vinha ouvindo até então, onde havia maiores possibilidades de “puxar pontas soltas” na história desses interlocutores e assim “dar mais corda” para determinados assunto que revelavam as peculiaridades e características únicas desses indivíduos.

Há uma situação que ilustra bastante a forma como o meu relacionamento mudou da primeira vez que conheci uma das minhas principais informantes para a segunda vez que conversamos. Logo que cheguei, achei que meu dia de pesquisa estaria perdido, por conta da presença dos fiscais da AGEFIS, no local onde havia encontrado minha informante pela primeira vez. Mas após um olhar desinteressado pela rodoviária a procura de alguém que estivesse mais livre para conversar, acabei reencontrando-a.

Ela estava conversando com uma colega e me recebeu surpresa com um “Olha! É o menino daquele dia.”. Perguntei a Ana³ como estava o dia e se as vendas estavam indo bem, que horas ela havia chegado, etc. Quando em cinco minutos de conversa, os fiscais desceram a escada e aos gritos de “Olha o rapa!” ela me dá a mão e me chama “Vamo, vamo, vamo!”, aquele momento foi quando pela primeira vez senti a adrenalina a qual ela se referiu no primeiro encontro “É correria. Quando eles estão aqui, eles vêm de meia em meia hora”. Fomos até o outro lado da estação do metrô onde esperamos meio minuto aproximadamente, só o suficiente para os fiscais terminarem de descer a escada e virarem seu olhar para o outro lado. Percebi nesse momento que eles não se importavam em ver os vendedores, o que não podia ocorrer é estes estarem no trajeto que eles passariam. “Eles estão indo almoçar” ela me disse, e assim voltamos ao local de antes.

Continuamos a nossa conversa, no momento que lembrei que havia trazido para ela o número do Hospital Veterinário da UnB, junto ao nome de sites de iniciativa *crowdfunding*, que entreguei explicando que assim ela poderia iniciar uma campanha para o financiamento da cirurgia de seu gatinho que ela relatou estar com um problema na bexiga, o que foi um dos assuntos que tratamos no nosso primeiro encontro. Ela havia se aproveitado da deixa de saber que eu era aluno da UnB para perguntar se eu conseguiria para ela essas informações, então, conforme prometido, no nosso segundo encontro eu lhe levei as informações que ela havia pedido.

Da maneira mais informal possível, conversamos, ambos sentados no chão da rodoviária até que em determinado momento sua mãe aparece, uma senhora já de uns 50 a 60 anos - não tive a curiosidade de perguntar - apareceu perguntando-lhe que preço ela dava para umas camisas que ela havia comprado, pois estava na intenção de revendê-las. Ao apresentar-me sua mãe ela falou “Esse aqui é o repórter, tá aqui estudando a gente” de forma descontraída.

A nossa conversa continuou até que a chamei pelo nome, e nesse momento percebi que ela se assustou pelo fato dela não se lembrar do meu. Percebi nessa hora que o que tinha sido um dia muito especial para mim, meu primeiro dia em campo, para ela havia sido somente um dia normal de trabalho onde ela havia conversado com um estranho, ou melhor, um repórter ou estudante. Tentei tranquilizá-la dizendo: “olha você pode ficar tranquila que seus dados estão protegidos, caso venha a utilizá-los em meu

³ Os nomes que são utilizados para caracterizar os interlocutores nessa obra são fictícios, no intuito de preservar a identidade dos entrevistados.

trabalho, seria na forma de pseudônimos, nomes falsos, e dados fictícios”. De forma que nenhuma informação contida no meu trabalho venha trazer nenhuma complicação para ela. Nesse momento ela me responde de forma irônica “Claro, achei que você ia era mandar alguém lá em casa me matar” e rimos num momento de cumplicidade.

Em outra situação, com um vendedor de aproximadamente 30 anos, em uma conversa bastante longa e informal, onde falamos sobre idas ao Paraguai, sobre “a máfia que é o sindicato”, sobre a malandragem que existe na fronteira, entre outras polêmicas opiniões, ao questionar seu nome, na intenção de me apresentar, na resposta me vem um nome espalhafatoso e que com dificuldade quase não sai da boca, seguido de um desvio de olhar ao apertar minha mão, onde para mim ficou evidente que se tratava de um nome fictício. Sinto que no momento, com receio de que as informações que me deu fossem usadas contra ele, e por se tratar da primeira vez que conversamos, inventou um nome qualquer. Mas logo que me apresentei ele abriu um sorriso e se tranquilizou, agradei, nos despedimos e falei que estaria por ali mais vezes e que se acontecesse de nos reencontrarmos, poderíamos conversar novamente. Pretendo com essas reflexões, mostrar também que existem informações que apesar de terem sido a mim confiadas por esses interlocutores, muitas das nossas conversas foram também permeadas por esse receio de que se tratasse de um policial, ou de fiscal da AGEFIS disfarçado.

Assim conto, quando outra interlocutora ao me contar uma história de um tom um tanto conspiratório, mas que começo a dar credibilidade uma vez que não foi a única informante a me falar sobre essa situação. Ela me conta que muitos dos fiscais da AGEFIS, são donos de loja, e por isso muitas vezes quando a mercadoria é apreendida, eles ao invés de dar o destino legal, que seriam os depósitos de mercadoria apreendida, eles mesmos dão um destino a esses produtos. “Se é comida, eles mesmos comem ou levam pra casa, ou ainda roupas, camiseta, boné, relógio, tênis, tudo, eles levam pra eles, pra família ou mesmo revendem para camelôs, sendo que alguns deles mesmos têm lojas onde revendem esses produtos.” e “Se eu te contar um segredo. A maioria desses caras aí, são tudo ex-presidiário” dizendo nesse sentido que se tratam de pessoas desonestas. Mas no momento seguinte justifica: “Não é que a gente não goste deles não, entendeu? A gente até gosta, porque eles tão trabalhando. Mas a gente também tá trabalhando né? Tentando tirar o nosso sustento, entende?” Revelando, a meu ver, certo receio de que essa informação pudesse ser usada contra ela.

Pensando no caso específico dos vendedores ambulantes, somente o fato de eu me interessar pela profissão deles abriu espaço para que estes falassem sobre si,

defendendo um pouco o seu lado da história. Mas não estou aqui também procurando uma informação generalista sobre estes, muito menos procurando atribuir um juízo de valor sobre as coisas que me falam sobre sua forma de viver, para dizer que a informação que estes me passaram tem credibilidade ou não. Meu papel passa por essas preocupações e por isso esta reflexão.

O temor de se tratar de um fiscal da AGEFIS disfarçado pode ter feito com que em determinados momentos estes viessem a me tratar bem, mas ao mesmo tempo ter cuidado com o tipo de informação que me passavam, tendo receio de compartilhar informações mais comprometedoras, como falar mal dos fiscais, ou do sindicato, por exemplo. Coisas que convenhamos, é bem comum a toda classe de trabalhadores, ter uma fala crítica a seu sindicato ou aos agentes responsáveis por fiscalizar sua atividade, mesmo que nada tenham a temer destes órgãos.

Da mesma forma foi possível perceber um receio em muitos casos de dar informações pessoais. Sendo que assim seria muito mais fácil a identificação da pessoa que tratou das informações comigo e por isso, dar seus dados pessoais a uma pessoa que não se conhece direito e com quem compartilhou de informações passíveis de vir a ser usadas contra elas, significaria colocar em risco sua forma de sustento, a sua profissão. Por isso evitei também na elaboração do texto o uso de nomes e quando feito utilizei pseudônimos.

Outra desconfiança que me foi relatada em alguns casos foi a de que fosse um policial disfarçado. Foram recorrentes os relatos de policiais contratados pelos lojistas para expulsá-los com mais vigor, e que frequentemente abusavam da força e levavam suas mercadorias, mesmo estando sem suas fardas ou fora do horário de serviço. O que oficialmente não poderia ocorrer mesmo que estes estejam no horário de trabalho uma vez que seu papel é só de apoio ao órgão de fiscalização (AGEFIS) autorizado pelo Estado e o governo do Distrito Federal.

Outra leitura comum que me foi dada, a de repórter, mas que mais uma vez, assim como as anteriores não condiz com a minha aparência. A ausência de microfone, câmera e uma roupa formal, logo contribuíram para que essa visão fosse descartada, mas ainda assim, era a mais recorrida para explicar entre eles, juntamente com a de pesquisador, o ato de estar fazendo perguntas e estar querendo aprender sobre a profissão de vendedor de rua.

Então, não somente o não saber quem é o antropólogo se tratava de uma complicação, mas também as outras possíveis leituras que seus interlocutores passaram

a ter de mim, e também o receio destes de como aquela informação que eles haviam me passado poderia ser usada, num receio de que viessem a ser utilizadas contra eles. O que nos leva ao ponto inicial, se sou um pesquisador, forma que me apresentava a meus possíveis informantes, surgiam questões tais como: pesquisador de onde, trabalha para quem, o que ele quer saber, que tipo de informação ele quer etc. E a única forma que tive para lidar com isso foi mostrar-me o mais informal possível. E em um segundo momento me apresentar como estudante da UnB ajudava, assim como mostrar a carteirinha de estudante se necessário. Mas, de novo, quando se tratava de explicar o que estudava, o desconhecimento das pessoas em relação à Antropologia gerava o mesmo desconforto, que só era amenizado à medida que conversávamos e meus interlocutores entendiam do que se tratava a minha pesquisa ou o tipo de informação que gostaria de acessar.

2.2 Observando a prática: a relação entre os vendedores de rua e a cidade

No que concerne ao trabalho de rua veremos como a relação com a cidade se dará nas estratégias que a pessoa escolherá para levar determinado produto para a venda em determinados locais e horários. Como citado antes, os centros urbanos onde há grande fluxo de pessoas é um dos locais que aparecem como favoritos a estes tipos de vendedor, mas dada a concorrência que se estabelece por estes pontos, há vezes em que o vendedor tem preferência por um local onde somente ele esteja vendendo, evitando assim a concorrência com vendedores do mesmo tipo de produto, com quem teriam que dividir a atenção dos possíveis clientes. Os vendedores escolhem os locais pensando na facilidade de acesso a muitos clientes de uma só vez, por isso vemos pessoas nos semáforos, na entrada e saída de centros comerciais, assim como nas rodoviárias.

É necessária à investigação da atuação dos trabalhadores informais uma abordagem que permita observar e analisar as estratégias tomadas nas escolhas que o vendedor toma, inclusive quanto a forma de abordagem que esse escolhe para apresentar seu produto e a relação com o tempo que as pessoas tem para lhe dar atenção e o espaço que ele ocupa ao fazer essa apresentação. Nesse sentido procurava observar ainda de longe a prática do vendedor em sua peculiaridade, levando em consideração as semelhanças com os demais, mas, sobretudo aquilo que ele fazia de diferente dos demais. E somente depois de observar por um período breve decidia se era o momento apropriado para a abordagem ou não.

É importante evidenciar essas minúcias da prática destes vendedores uma vez que a sua presença terá relação simbólica com as percepções que antes discutimos acerca do trabalho informal, sobretudo na condição de trabalhadores de rua. O trabalhador de rua diferente dos outros trabalhadores informais, possui a característica de estar sujeito a sanções na forma da atuação de grupos fiscalizadores e da polícia que atua em nome do governo no gerenciamento dos espaços públicos. Como já dito antes todo o trabalho de vendas por parte dos ambulantes é feito sem desviar o foco daquilo que é ainda mais importante que as vendas; a vinda da fiscalização, pois somente assim se garante uma venda produtiva onde a apreensão de seus produtos por parte dos fiscais certamente é o pior que pode acontecer, tendo em vista o orçamento e seu planejamento de vendas. O trabalhador que é pego sem registro que comprove a seu *status* de vendedor regularizado, tem sua mercadoria apreendida, sem demais explicações se não a entrega de um papel que mostra o local onde podem recorrer e um número que identifica aquilo que teve apreendido.

A repressão ao comércio de rua é um tópico pouco frequente em telejornais, mas que ilustra a relação que se dá entre essas forças que visam regular os comerciantes de rua, além de demonstrar a forma como a mídia apresenta estes acontecimentos e qual o tipo de discussão que se incita quando se trata dos trabalhadores de rua. As notícias geralmente relatam um dia onde houve bastante apreensões, passando a ideia de confirmação da eficácia atuação do órgão fiscalizador, e ainda retratando a dificuldade de coibir a ação dos ambulantes que são muitos afirmando que determinado local, onde foi feita a matéria, está repleto de ambulantes com um teor comum aos jornais de dar um ar de exagero a uma prática que já faz parte do cotidiano, e reproduzindo o discurso que marginaliza cada vez mais essas pessoas.

E demonstra inclusive como certas formas do trabalho de rua, ao depender dos produtos e serviços que são oferecidos e também a escolha de determinados locais, torna mais aceitável a prática inclusive a vista daqueles responsáveis pela fiscalização destes. Em determinados locais quase não serão abordados vendedores de rua pela polícia enquanto em outros locais a abordagem se torna mais frequente, em vista a possibilidade da apreensão de mercadorias em condição ilegal. Por exemplo, em shows ou locais onde há a venda de bebidas e alimentos dado um evento não frequente ou mesmo a porta de uma Universidade onde essa ocorre regularmente, é incomum a ação de fiscais que só aparecerão em caso de uma denúncia ou caso haja alguma ação programada para aquele local. Do contrário fica mais claro como locais do tipo da

Rodoviária onde sempre há a presença de ambulantes serão mais visados pela fiscalização, de forma que há inclusive um posto da agência responsável pela fiscalização no próprio espaço, e levando em consideração que a ação dos fiscais se resume a essa de ir aos locais de venda expulsar os vendedores de tempos em tempos, mostra como há de fato uma predileção pelo espaço da Rodoviária sendo por aquilo que ele representa como o centro da cidade ou como o local próximo ao principal centro comercial do Plano Piloto. Há estratégias inclusive em como estes se relacionarão com estas autoridades, e na forma como os vendedores de rua fazem para evitá-los e não serem abordados, baseado no local ou evento onde estão vendendo.

Na Rodoviária em específico, os agentes vinham de tarde, de meia em meia hora, e a estratégia principal dos vendedores consistia em atravessar a rua e esconder a sua mercadoria de forma que pudessem ser confundidos com os que passam, esperando que os fiscais deixem o local para assim, voltar a montar as suas bancas e começar tudo de novo.

Na hora da venda cada um tem sua própria técnica, há uns que gritam mais e de fato chamam a clientela para si. Enquanto outros preferem não anunciar e deixar que o comprador se aproxime de curiosidade em relação aos produtos a mostra. Percebi que há certa lógica quanto a essa postura. Normalmente os preços apresentados pelos camelôs são mais baixos que os preços de lojas enquanto os produtos podem ainda ser de uma qualidade igual ou um pouco mais baixa do que o produto nas lojas. Então quando o preço era realmente o diferencial os vendedores costumavam apresentar o produto pelo preço. E quando o preço não era muito o diferencial, costumava-se apresentar alguma promoção ou venda conjugada como três produtos pelo preço de dois, por exemplo. Muitos clientes encontram essa vantagem nos ambulantes que costumam ser “amigáveis” e permitem negociar o preço de seus produtos caso a pessoa leve mais unidades ou ainda através de uma boa argumentação poderiam abaixar o preço. Essa última ocasião ocorria, sobretudo nos dias menos produtivos do mês em uma lógica que pretendo desenvolver no próximo capítulo.

No capítulo seguinte pretendo adentrar melhor nas minúcias do cotidiano dos vendedores de forma complementar ao que aqui comecei localizando então os acontecimentos na rodoviária do plano piloto onde ocorreu minha pesquisa.

CAPÍTULO 3 – O TRABALHO DE CAMPO

Nesse capítulo final que começa com a descrição da rotina dos trabalhadores ambulantes trabalho de forma mais detalhada, histórias que surgiram no campo, relacionadas à minha experiência prática. Inicialmente falo do local e de comportamentos comuns a maioria dos entrevistados. Num próximo momento, trato de como são as relações contraídas nesse local em sua dinâmica social. Ao fim, trago histórias que me serviram de valiosas lições acerca da visão de resistência que se cria por parte de alguns trabalhadores.

3.1 O cotidiano do vendedor de rua na Rodoviária do Plano Piloto

A Rodoviária tem cotidianamente um fluxo de vendedores ambulantes, a sua disposição e a quantidade de vendedores presentes em um dia poderá variar de acordo com o dia da semana e com a presença dos fiscais da AGEFIS. Muitos dos vendedores costumam frequentar também outros locais de venda e feiras locais, como a Feira dos Goianos em Taguatinga e a Feira de Sobradinho. Muitas vezes os vendedores preferem essas outras feiras, pois acreditam ser menor o risco de terem suas mercadorias apreendidas, já que a ação da AGEFIS é mais intensa na rodoviária, onde os fiscais estão todos os dias.

O “urbano” se define pela heterogeneidade, pela possibilidade de movimento e fuga, pela criatividade dos circuitos e pela pluralidade de projetos. As cidades, porém, também são ambientes de intervenção de poderes disciplinares e tecnologias de governo. No processo de definir territórios e populações, a lógica do Estado intervém de maneira mais ou menos violenta, com diferentes graus de sutileza e regulamentação burocrática. A persistência e a flexibilização do sistema de registro domiciliar chinês aparecem como eixos norteadores na tentativa de desvendar parte das lógicas envolvidas no desenvolvimento de urbanização em maior escala (quantitativa) já vivido no planeta.(PATRIOTA DE MOURA, 2012, p. 13)

Estes costumam se localizar no trajeto entre o Shopping Conjunto Nacional e a plataforma superior da rodoviária, onde encontramos um número maior de vendedores. Isso é claro quando os fiscais não estão neste local, como de costume em alguns horários da tarde, estes ficam em fileiras encostados ao parapeito, “marcando presença” ou ainda “guardando o ponto” no linguajar dos ambulantes, ficam ali como uma forma de afastar a presença dos vendedores. Muitos vendedores me relataram ser esse o local de preferência para as vendas, uma vez que permite maior visibilidade de seus produtos

dado o grande fluxo de pessoas, mas afirmam ainda ser um local que exige um pouco mais de sua resistência já que nos horários em que o sol está mais quente eles ficam expostos, e por isso é bastante comum o uso entre os vendedores de chapéu “estilo safari”, que protege tanto o pescoço como a vista, e ainda de camisetas de mangas compridas, nesse local.

Outro local de preferência para esses vendedores é entre a Rodoviária e a rodoviária do entorno, no antigo Edifício *Touring*, na saída para o Estado de Goiás e cidades mais longe do entorno. Nesse pequeno trajeto é também onde se encontra de quarta a sexta a Feira do Sindicato dos Vendedores Ambulantes (SINDIVAMB), no pátio destinado ao estacionamento. Ocupam, ainda, o espaço que se estende desde o outro lado do semáforo da Rodoviária até o chão da estação, que foi feita aproveitando a estrutura do Edifício *Touring* e que no projeto original de Brasília seria a casa de chá, um ambiente destinado a visão bucólica da cidade. No decorrer do desenvolvimento da cidade foi utilizado para várias outras atividades até o momento em que se tornou esse adjunto da rodoviária. Originalmente faz parte do conjunto de prédios projetados por Oscar Niemayer, e, portanto, parte da área de Brasília que no projeto era demarcada pela escala monumental⁴.

Analisando a quantidade de vendedores estimo, sem exatidão, que, diariamente, entre 80 a 150 vendedores trabalham como ambulantes no ambiente da rodoviária e redondezas, isso abrangendo os segmentos dos mais diversos produtos. Entre a mercadoria vendida ali, o que é mais presente e que facilmente é encontrado um número grande de pessoas que trabalhem com vestimentas, que vão desde meias e roupas íntimas até casacos e réplicas de marcas famosas. Seguido pelos vendedores de alimentos, e nessa categoria podemos observar vários vendedores de frutas, mas também, em menor quantidade de pequenos lanches caseiros, marmitas e também doces e salgadinhos industrializados. Outra categoria que é fácil de se observar é a dos vendedores de produtos eletrônicos, desde relógios de pulso a aparelhos carregadores, suportes e cabos de celular. Estes costumam trabalhar como caixeiros, com suas pequenas lojas feitas de isopor ou de papelão. Essa categoria exige maior atenção (que dedicarei mais à frente), por suas peculiaridades. Existem ainda outros vendedores cujos produtos não encontram concorrência e se apresentam em menor quantidade como os vendedores de brinquedos.

⁴ Escala demarcada no plano original de construção da cidade por edifícios de larga escala e que denominariam a identidade da cidade como a catedral por exemplo.

Ainda quando se trata de concorrência é importante também observar o bom relacionamento que há entre os vendedores de uma forma geral, mesmo quando vendem produtos similares. Aliás, pode-se ainda verificar o fato de que muitos dos produtos vendidos pelos ambulantes são de qualidade bastante parecida, se não da mesma que os produtos vendidos nas lojas dos shoppings que cercam a rodoviária, o Setor de Diversões Sul (popularmente conhecido como CONIC) e o Shopping Conjunto Nacional, isso, sobretudo quando são levadas em consideração as lojas de departamento. As demais lojas de fato não estrarão nessa concorrência uma vez que comercializam produtos específicos ou às vezes de marcas que não chegam às mãos dos ambulantes.

Uma vendedora me relata que a mesma meia que ela vende é vendida em uma das grandes lojas do Conjunto Nacional. Entretanto, enquanto ali ela vende um pacote de 3 pares por 15 reais, na loja um par costuma ser de 8 a 14 reais. Da mesma forma um vendedor de roupas íntimas diz que consegue manter uma variedade maior de produtos do que as lojas e que independentemente do tipo de sutiã todos eles têm o preço fixado de 10 reais, enquanto nas lojas cada tipo tem preço diferenciado, sendo o mais básico 15 reais.

Maria me conta ainda que apesar de muitas pessoas venderem o mesmo produto que o seu, entre os ambulantes há uma cumplicidade, e estes costumam se ajudar. Diz que é importante expor de uma forma interessante para que o produto apareça para o cliente, e ainda argumenta que este tem o costume de dar uma volta antes de se decidir aquilo que de fato quer levar, e que nem sempre o dinheiro dá para comprar de todo mundo e por isso é importante se destacar e atrair a clientela. Mas aponta ainda que o ambiente de feira, como ela chamou o ato de vender com vários vendedores no local, convém mais, pois chama o público de uma forma geral a ir lá e olhar os produtos de todos. Enquanto um vendedor isolado só irá atrair o olhar de alguns curiosos que ao passarem por ele se interessarem por algo. Por isso um conjunto maior de vendedores atrairia mais a pessoa que realmente teriam a intenção de comprar.

Os vendedores acabam conhecendo uns aos outros, por partilhar o mesmo espaço de trabalho. Criando no cotidiano um vínculo de amizade, e um senso de cooperação entre eles que é mais forte do que a concorrência entre si. É comum que estes se ajudem em diversas situações como, por exemplo, quando um deles precisa de notas trocadas para dar a um cliente; ou quando alguém precise ir ao banheiro ou sair para lanchar, nesse caso recorrem a algum vendedor vizinho para que este assuma a sua posição de frente na sua loja por alguns minutos enquanto se soluciona a questão.

Portanto, há uma colaboração que é criada a partir do convívio cotidiano, tal vínculo é fortalecido pela condição de resistência à fiscalização.

Existe toda uma organização entre eles para garantir que estejam preparados para caso os fiscais apareçam. De maneira que há sempre uma pessoa que costuma vender do outro lado da rua, próxima as escadas de onde costumam vir os fiscais. Essa pessoa fica responsável por dar o primeiro aviso de alerta, que logo chega aos vendedores do outro lado da rua e estes passam a avisar uns aos outros. O clima de tensão se instala enquanto os vendedores esperam a confirmação de que os fiscais estão realmente vindo, para assim já começarem a se preparar para sair. Não é raro que esse primeiro aviso seja um falso alerta, e nesse caso eles voltam a montar suas lojas., ainda receosos de que a fiscalização possa aparecer. Leva um tempo até que o clima se reestabeleça e estes deixem de forma despreocupada seu material e voltem a anunciar seus produtos. A intranquilidade é quase permanente. O estado de alerta sim, é permanente.

Em alguns relatos fica evidente que a colaboração entre eles vai ainda mais longe, e um vendedor pode chegar a pedir para outro que esteja com o carro mais próximo para esconder seu material junto ao dele enquanto os fiscais não vão embora. Então esse senso de colaboração é também bastante orientado por essa situação em que os vendedores se organizam e se unem para evitar ter seus produtos apreendidos ou que o mesmo ocorra com seu vizinho de loja.

Não é raro que a pessoa tenha sido introduzida no ramo por algum parente ou familiar. Vários de meus interlocutores disseram ter começado a vender para ajudar aos pais ou o irmão que já trabalhava como vendedor de rua. Mas é também bastante frequente que logo que este aprenda a vender e as demais estratégias para lidar com a fiscalização ou aprenda a buscar os produtos na fronteira, esse parta para uma independência trabalhando com sua própria lojinha, ao invés de continuar a trabalhar como um funcionário dependente do negócio do familiar. E isso se justifica pela margem de lucro que se têm, dois vendedores conseguem vender muito mais de forma independente um do outro do que os dois em uma mesma loja cooperando.

Dentre as estratégias de venda que vão se formando algumas ficam bastante evidentes, como por exemplo, a organização mensal que os vendedores fazem para a semana em que cai o dia 10, o dia em que as pessoas costumam receber seu salário. E por isso faz todo o sentido que o vendedor se organize, nestes dias para chegar mais cedo, para trabalhar naquele dia algumas horas a mais ou ainda levar uma variedade

maior de produtos. De maneira que nos dias que seguem o dia 10 são os dias onde há a maior margem de lucro e caso a pessoa venda bastante no período que sucede esse dia, e pode até optar por não trabalhar alguns dias no restante do mês. Há, portanto, uma grande preparação para esses dias que podem determinar através de uma boa produtividade o restante do mês do vendedor.

Outra forma de comportamento evidente é a adaptação à demanda temporal, a moda do momento. Por exemplo, no período do carnaval é comum que estes vendam acessórios e brinquedos de enfeitar o cabelo, ou roupas que condizem com a época. Da mesma forma no período da copa do mundo, onde camisetas da seleção passam a ser bastante procuradas. O evento torna-se uma grande oportunidade de vender artigos que não seriam procurados fora desta ocasião como brinquedos como mascote da copa, *vuvuzelas*⁵ entre outros produtos. Fora esses grandes eventos de proporção nacional e mundial, há uma forma de determinar também os produtos a partir da época do ano. De maneira que um tempo antes da temporada de frio já começam a aparecer os agasalhos, luvas, gorros e cachecóis. Certos produtos só encontram demanda em determinado período do ano, apesar de que alguns vendedores optam por trabalhar por eles ao longo do ano ainda que não sejam tão requisitados naquele período, vários outros irão começar a vendê-lo somente na época como uma forma de encontrar uma maior clientela.

Além dessas formas de maximizar o lucro são criadas estratégias para fugir da vigilância dos fiscais, como deixar o carro em um estacionamento próximo ao local onde vende para poder esconder sua mercadoria caso os fiscais cheguem. E ainda na forma que estes expõem suas mercadorias, as duas formas mais comuns de montar seu estande de exposição são com panos que transformam-se em bolsas. Os vendedores que optam por trabalhar assim, normalmente os vendedores de roupas, trazem dentro desses panos seus produtos, esticam no chão e assim organizam sua mercadoria de uma maneira mais organizada tanto para que o cliente possa perceber os produtos, mas também como uma forma de saber onde se encontra cada coisa para caso o cliente peça algo específico ele saiba onde deixou. Na hora do “rapa” esses panos em que os produtos ficam expostos, são puxados pelos cantos enrolando os bens e transformando-se em uma sacola de pano que é carregada sobre o ombro, para uma maior agilidade ao atravessar a rua e fugir dos fiscais.

⁵ Vuvuzelas são cornetas que são assopradas e usadas geralmente em jogos de futebol por torcedores.

Outra categoria que também é fácil de observar é a dos caixeiros, uma categoria muito similar a que encontramos no trabalho de Fernando Rabossi (2015) realizado em *Ciudad del Leste*, os *mesiteros*. Esses são os que possuem maior agilidade, e normalmente são os primeiros a desaparecer quando chega a fiscalização dado o peso leve de sua loja que costuma ser montada sobre caixas de papelão ou isopor. Estes normalmente vendem produtos mais leves como óculos e relógios, ou aparelhos acessórios para celular como capinhas e carregadores.

São vendedores vindos de todos os locais do Df e ainda de fora dele. É bastante grande a quantidade de imigrantes entre os vendedores. E da mesma forma são inúmeras as histórias e formas como estes entraram para o ramo e ainda a percepção que estes tem sobre sua profissão e ainda o motivo por a terem escolhido.

Encontrei dificuldade ainda em englobar em minhas perguntas durante as entrevistas aqueles em situação de rua uma vez que as perguntas em sua maioria não cabiam a estes, e por isso o enfoque que dei em meu trabalho aos poucos começou se direcionar mais as histórias destes em que se baseiam seu conhecimento sobre sua atividade e representam ainda a suas impressões sobre sua vida e histórias vividas junto a sua profissão de vendedor de rua.

Há muitos vendedores que levam seus filhos para trabalhar junto e estes passam a fazer parte do cotidiano de trabalho já aprendendo a lidar com o dinheiro e dar o troco, ou ainda ajudar pegando e trazendo determinado produto para o cliente ou ainda gritar anunciando aos passantes uma promoção ou o valor do produto. Apesar de que foram muitos também os relatos que contavam que preferiam deixar as crianças em casa, sobretudo as de colo, a não ser que não fosse possível ou no caso de não haver uma pessoa que pudesse ficar responsável por elas enquanto o pai ou a mãe vão a rodoviária trabalhar. Por isso também foram bastante frequentes os relatos onde um filho mais velho ou um familiar ficava responsável pelas crianças permitindo assim a pessoa trabalhar e em uma forma de um acordo onde a pessoa que ficou com as crianças depois recebia uma retribuição seja financeira ou uma ajuda como morar na casa do pai das crianças.

Outra coisa que fará parte da jornada mensal desses trabalhadores é a busca por novas mercadorias. Uma vez que a maior parte das mercadorias vem ou de São Paulo, ou da fronteira de *Ciudad del Leste*. Muitos desses trabalhadores irão adquirir suas mercadorias de terceiros que fazem essa etapa do trabalho por eles, já os mais aventureiros terão a preferência por ir a esses locais eles mesmo tendo em vista o quanto

isso lhe permitirá lucrar, uma vez que irão adquirir a mercadoria mais barata que em mercados nacionais, em São Paulo ou em Goiânia por exemplo. Ademais, ainda há aqueles que compram suas mercadorias em atacadistas aqui no próprio Distrito Federal, como o caso dos vendedores de produtos alimentícios, lanches e refrigerantes, isso quando não são produzidos de forma caseira. É importante ressaltar ainda como há entre os vendedores um desejo por essa autonomia de buscar e trazer sua própria mercadoria como forma de independência visando não só o aumento do lucro, mas também na possibilidade de trazer tipos específicos de produto que encontrem maior mercado aqui. Mas para isso, é necessário que a pessoa tenha coragem devido aos riscos que a fronteira representa, como enumerados por alguns interlocutores, que me falavam “lá tem tudo de ruim, tudo o que você imaginar: droga, prostituição, arma, além de tudo o que você precisar a preços super barato”.

Durante o fim de minha pesquisa de campo ainda houve um endurecimento nas fiscalizações que acarretou no fim da feira do sindicato e em um longo período de maior fiscalização e presença por parte da AGEFIS, onde a expectativa entre os vendedores era bastante ruim, e muitos destes falavam que se ali se tornasse um local ruim pra vender eles teriam que procurar outras feiras e locais. Mas de forma complementar muitos outros falavam que continuariam ali tendo que resistir ou não a pressão das autoridades.

3.2 Das relações

Neste ramo a rede de colaborações que acaba sendo criada entre as pessoas é um dos fenômenos mais interessantes tendo em vista que sem elas as estratégias que se realizam em prol, sejam das vendas ou de evitar a fiscalização, ficariam enfraquecidas. Sendo importante a participação mesmo que indireta daqueles que aqui procuro citar para o funcionamento deste sistema que se forma

3.2.1 Entre vendedores

Como já disse anteriormente no início do capítulo os vendedores costumam colaborar entre si, ajudando com o troco e ainda cuidando da loja uns dos outros, não raro estes têm um vínculo familiar. Quando não, passam a se conhecer e ajudar através do fato de ocuparem o mesmo espaço e conviverem suportando as mesmas dificuldades. Estes se tornam amigos e passam o dia conversando entre si durante os períodos de

menor fluxo de clientes. Há ainda aqueles que dão carona uns para os outros apesar de isso não ser tão comum entre eles. Mas acontece entre aqueles que moram em locais próximos e tem horários de trabalho parecidos. Essa colaboração é ainda bastante importante na hora de avisar uns aos outros sobre a vinda dos fiscais, de forma que um sinal falso de alerta que ainda é considerado comum, às vezes pode ser considerado motivo para uma encrenca entre vendedores.

Os vendedores de uma forma geral ainda costumam consumir dos outros, como por exemplo, os vendedores de marmita que tem a menor rotina entre os outros vendedores, só aparecendo em momentos específicos, como o horário do almoço. Os vendedores costumam comer marmitas, pois tem um preço relativamente mais barato do que as lanchonetes e restaurantes do local, além de serem mais práticas e a refeição rápida. Assim eles tornam-se por vezes clientes uns dos outros. Como por exemplo, uma moça e um morador de rua com quem conversei a moça que trabalhava com comida tinha o hábito de fazer o intervalo de sua função parando ao lado do carrinho de vendas deste morador de rua para comprar um cigarro e ali ficar conversando com ele durante o tempo de duração desse intervalo. Esses se tornaram amigos devido ao convívio cotidiano na rodoviária e assim trocavam informações sobre os acontecimentos ocorridos no local e também sobre assuntos diversos.

É importante ressaltar que ainda durante o meu período de pesquisa houve um ocorrido relatado pelos jornais como uma briga entre ambulantes de forma a parecer uma disputa de ponto. Entretanto mais a fundo dá a entender que se tratou de um desentendimento pessoal, que ocasionou em homicídio de dois ambulantes, mãe e filho, executados por um terceiro vendedor armado, evidenciando essas relações cotidianas vão além de meras relações de trabalho.

3.2.2 Entre vendedores e lojistas

Os lojistas da Rodoviária não costumam ser muito amigáveis com os vendedores ambulantes, pois há quase sempre uma visão marginalizante de que os vendedores ambulantes pela sua forma de ocupar o espaço por vezes afastam a clientela, ou passam ainda a representar uma concorrência. A não ser quando esses passam a ser clientes também de suas lojas, o que é muito frequente no ramo de alimentação, mas de uma forma geral os ambulantes não costumam consumir dos lojistas. Há ainda as lojas atacadistas, onde os ambulantes procuram produtos para

revender, e nesse caso essas lojas são como fornecedores de produtos para os ambulantes. Isso ocorre normalmente com os vendedores de lanches industrializados que vendem de salgadinhos a refrigerantes, garrafas de água, chicletes, cigarro entre outros produtos, que são comprados em caixas e vendidos na unidade.

Em alguns relatos ainda os vendedores ambulantes disseram ocorrer uma rixa com alguns lojistas que não gostam da presença dos ambulantes e costumam tentar impedi-los de vender próximos as suas lojas. Eles contam que alguns lojistas não gostam deles ao ponto de pagar por fora para um policial que vem a paisana expulsá-los e que esse costuma ser bastante bruto em suas abordagens, jogando a mercadoria no chão ou apreendendo-a de forma ilegal, brigando e gritando com eles de forma bastante dura. Em vários momentos durante as nossas conversas, quando esse policial aparecia, eles rapidamente procuravam disfarçar e preparar-se para sair correndo caso viesse abordá-los. Uma ação que não tem aprovação da lei, mas que ocorre “por debaixo dos panos”.

3.2.3 Entre vendedores e clientes

Essa forma de relacionamento costuma ser bastante interessante, pois se baseia em um breve momento onde o cliente encontra uma vantagem ao comprar do ambulante e o ambulante ao tratar dessa relação tenta evidenciar para o cliente tal vantagem. É uma relação que costuma acontecer de forma breve, pois são poucos os clientes que de fato viram fregueses de voltar e consumir mais de uma vez, apesar de que isso ocorra em alguns casos quando o cliente pretende dar o produto de presente, os vendedores não raro chegam a oferecer o seu número de telefone caso o cliente deixe claro que o produto não é pra ele e exista a possibilidade de precisar trocar o produto caso o tamanho não sirva a pessoa.

São nessas relações onde se evidenciam as estratégias de venda dos ambulantes e mostram a forma como esses costumam trabalhar. Há aqueles que anunciam os seus produtos o tempo todo, e o fazem de forma a evidenciar o preço do produto. Como no caso dos vendedores de bolsa que entrevistei sempre anunciando: “Olha a promoção! Bolsa, qualquer uma a 30” ou ainda “Era 50 agora é 30, vamos aproveitar! Olha a promoção!” ainda que o valor original do produto seja 30 reais mesmo. No caso da venda de bolsas, que são produtos que dificilmente se acha a esse preço nos mercados

comuns, e anunciar o preço faz com que o cliente perceba mais diretamente a vantagem de comprar dos ambulantes.

Como se tratam de pessoas que estão passando ali por conta de sua rotina por vezes desinteressadas sem a intenção de consumir nada, fica a cargo do vendedor criar uma maneira de fazer com que a pessoa se interesse, por isso muitas vezes se anuncia algum produto que esteja em maior evidencia na loja e quando a pessoa se aproxima interessada, então parte-se para apresentar também outros produtos.

3.2.4 Entre vendedores e policiais

Neste tipo relação é possível observar uma neutralidade das partes. Os policiais possuem a função de acompanhar os fiscais da AGEFIS durante todo o momento, de forma que qualquer abordagem e apreensão de materiais devem ser feita na devida presença do policial responsável, ao mesmo tempo os ambulantes não veem com maus olhos a presença destes. Uma vez que não cabe ao policial a função de fiscalizar os ambulantes, mas sim de acompanhar os fiscais para que não ocorram excessos de nenhuma das partes. A presença dos policiais, portanto, são uma garantia aos vendedores ambulantes de que não haverá uso de força física nem abuso de autoridade por parte dos fiscais.

Nos relatos os vendedores me contaram que preferem a atuação dos fiscais na presença dos policiais, para que não ocorra intimidação. Dificilmente os fiscais abordarão um vendedor sem a presença de um policial, mas caso ocorra aumentam as chances de uma discussão e conflito. E da mesma forma quando os fiscais já vêm acompanhados dos policiais, os vendedores tomam isso como um sinal de que eles estão vindo com a intenção de fazer abordagens.

Dizem ainda, os informantes, que alguns policiais dado o convívio com o ambiente e os trabalhadores ambulantes passam avisando os ambulantes que estão em local impróprio como que pedindo para terem cuidado, pois aquele local é de risco. Um conselho que normalmente não é seguido, mas que representa um sinal de tolerância dos policiais com os trabalhadores. Apesar disso é claro, há momentos em que esses ocorrem mesmo com a presença da polícia e nesse sentido o policial que permite que ocorra qualquer tipo de excesso também é responsável pela ação do fiscal que por ventura aja de forma desrespeitosa.

3.2.5 Entre vendedores e fiscais

Esta última relação sobre a qual irei tratar é a mais conflituosa e ao mesmo tempo a que coloca os vendedores de rua em situação de maior vulnerabilidade. Uma vez que a função que os fiscais exercem é diametralmente oposta a atuação dos vendedores, e acontecem de forma a impedir que esses ocupem os espaços onde oficialmente não se permite a venda na rua.

Os fiscais atuam da seguinte forma, em uma equipe grande de aproximadamente uns 30 a 50 fiscais, por dia, sendo que o fiscal trabalha dia sim dia não. Pela parte da manhã eles costumam subir na plataforma, o local preferido de vendas, umas 3 vezes e de vez em quando ficam por lá para impedir que os ambulantes ocupem o espaço. À tarde, a partir de meio dia, eles começam a ir de uma em uma hora expulsar os ambulantes, que saem do local onde se escondem, no estacionamento e assim que os fiscais saem novamente voltam a ocupar o local de vendas.

Os ambulantes relatam que há algumas figuras marcadas, alguns fiscais que eles conhecem pela descrição física e que recebem deles apelidos como Cabelinho, Rockeiro e Chefona. São fiscais que agem de forma mais incisiva dando voltas na rodoviária para identificar o local onde estão os ambulantes e quando vem para apreensão andam direto na direção da pessoa na intenção de pegá-la e apreender suas mercadorias. Mas ao mesmo tempo, dizem os vendedores, a maior parte dos fiscais não age desta forma. De maneira que eles andam em um determinado trajeto, atravessando os locais em que os ambulantes costumam ficar, e logo que são notados os vendedores correm, e estes só cumprem a função de espantá-los com a sua presença, sem correr atrás do ambulante na intenção de pegá-los.

Muitos ainda dizem que não criticam a atuação dos fiscais apesar de eles estarem ali para impedi-los de trabalhar e assim garantir seu sustento, sob a afirmação de “É o trabalho deles, eles vivem disso, isso a gente não pode criticar”, mas ao mesmo tempo afirmam: “eles também têm que entender que nós também estamos trabalhando”. Entretanto, há ainda entre os meus interlocutores os que criticam incisivamente a atuação dos fiscais. Pintando-os, descrevendo suas imagens como “verdadeiros diabos”, sobretudo os agem de forma dura e já aparecem na intenção de perseguir e abordar. Criam-se histórias em que dizem que “a maioria desses fiscais da AGEFIS, são todos ex-presidiários” numa forma de dizer que são pessoas de má fé, temerárias. E ainda, “quando eles apreendem nossas coisas, eles fazem é levar pra casa para eles, pros filhos

e para a família” dizendo que a mercadoria apreendida não tem o destino legal correto, e que os fiscais, portanto desviam a mercadoria para o uso pessoal. E de fato, pude presenciar vários fiscais da AGEFIS, após uma apreensão de alimentos, comendo do próprio produto apreendido. Uma de minhas interlocutoras diz ainda que quando a apreensão é de comida o “final costuma ser esse mesmo, eles mesmos consomem, se não a comida é simplesmente jogada no lixo”.

Toda a estratégia que o vendedor ambulante elabora na sua maneira de agir e se portar no ambiente da rodoviária visa não ser pego e não ter seu material apreendido, pois isso pode acarretar em um enorme prejuízo e ser assim obrigado a começar do zero. Mas tiveram várias falas diferentes quanto a como proceder nessas situações. Enquanto todos disseram que o melhor é correr para não ser pego, na situação de ser pego as falas divergiam, enquanto uns aconselhavam implorar para o fiscal, outros disseram que era melhor não insistir e só ouvir e deixar levar, outros disseram ainda que pode haver uma negociação e que já viram isso acontecer, mas dizem que não se deve reagir de uma forma exagerada nem “dificultar o trabalho deles”, pois assim há a possibilidade de ficarem “com a cara marcada”. E que caso a pessoa fique “marcada” pelos fiscais, seja qual for o motivo, a partir daí todas as vezes que os fiscais passam eles fazem questão de ir atrás para que esses tenham que correr para se esconder, isso quando não insistem na perseguição até abordá-lo.

Sobre isso, um de meus interlocutores relatou que quando vendia bebidas e cigarro já entrou em alguns conflitos com os fiscais, disse que “costumava correr e até brigar caso fosse necessário, mas hoje já estou velho e não faço mais isso” e disse que “se eles me pegam hoje eu entrego tudo, pego só meu carrinho e meus documentos”. O mesmo disse que optou por trocar de produtos deixando de vender as bebidas, pois isso fazia dele um alvo para os fiscais que, segundo suas palavras, tem maior preferência por apreender certos tipos de produto.

3.2.6 Entre vendedores e familiares

Em sua maioria os vendedores relataram que suas vendas são a principal fonte de renda de suas famílias, e também relataram trabalhar durante o dia inteiro. Comecei em certo momento a questioná-los sobre filhos e companheiros, foi aí então, que esse tópico me pareceu interessante.

Muitos contam que sua esposa ou marido ficam em casa na maior parte do dia enquanto estão trabalhando para cuidar dos filhos pequenos, e ainda alguns contam que

isso foi motivo de acordo entre eles para que trabalhassem só meio período para poder dividir os cuidados. Outros me relatam ainda que os filhos já crescidos cuidam dos mais novos e antes de sair, deixam a comida pronta para que esses só precisem esquentá-la. Ficou evidente então que há como uma rede de colaboração entre esses familiares e que quando não tivessem familiares por perto para cumprir essa função, então entravam em cena os vizinhos ou amigos que recebiam em contrapartida uma ajuda financeira para realizar esse trabalho doméstico.

O papel dos familiares não se limita a esse levando em conta, como já mencionado no capítulo anterior, que também ao entrar no ramo muitos, relataram terem começado trabalhando para os pais, irmão ou outro familiar mais distante. Corroborando a ideia de Rosana Pinheiro Machado (2008) que muitos possuem uma visão de empreendedor, uma vez que logo que adquiriram a capacidade de trabalhar sozinhos esses se separam visando cada um ter o seu próprio local de vendas, maximizando os lucros.

Ainda há casos de alguns imigrantes, por exemplo, que vieram para o Brasil após um familiar ter feito isso anteriormente e obtido sucesso nas vendas, mostrando que o mercado informal é pouco exigente e bastante promissor de forma que é capaz de abraçar até pessoas que não dominam a língua portuguesa o que dificilmente ocorreria em um trabalho de carteira assinada onde muitas vezes exigem capacitação, e ainda promissor ao passo de ser um atrativo para que pessoas venham de outro país na intenção de trabalhar com isso. Isso não é um fenômeno novo, na verdade é bastante comum em feiras e locais a maior presença de ambulantes onde toda a família de imigrante trabalha tendo esse empreendimento como a principal fonte de subsistência. Isso de maneira mais evidente em cidades de maior fluxo migratório. Mas também em cidades menores onde imigrantes já experimentados com esse tipo de empreendimento vão a determinado local com a intenção de conquistar um mercado maior.

Em outros casos ainda os interlocutores possuem relação bastante distantes com suas famílias, mas ainda assim similares aos demais onde a família cuida dos filhos, se não a própria família embarca em sua empreitada como no caso dos *hippies* ou “malucos de estrada”, dos quais trata no item seguinte sobre o discurso marginalizante.

3.4 Sobre o discurso marginalizante

Começo essa parte contando uma história que me foi relatada por um *hippie* baiano de Salvador mais conhecido como Bahia. Sentado ao lado dessa figura enquanto ele prepara um colar de *macramê*⁶ ele me conta que cursou Ciências Sociais na Federal em Salvador, mais tarde optando por mudar de curso para História. O que me fez pensar que não somos tão diferentes assim, além de nossa idade diferir somente por 8 anos, coincidentemente o tempo exato que este decidiu largar o emprego e tronar-se *hippie* de estrada. O que me trouxe muita curiosidade sobre o que aconteceu nesses últimos 8 anos em sua vida. Mas com calma chegaremos lá, antes é preciso ilustrar uns pontos anteriores ao que me leva a tratar a visão marginalizante.

Conta que se frustrou com o curso, pois trabalhava em uma fábrica de metalurgia e lá presenciava na pele tudo o que estudávamos (referindo-se a exploração dos trabalhadores segundo a teoria marxista), ele levanta a ideia de mais-valia, de alienação do direito do trabalhador, entre algumas ideias que não consigo mais me recordar e diz “estava tudo ali, diante de meus olhos”. Ele me conta que de início a sua família achou que ele havia pirado chegando ao ponto de ameaçar interna-lo e que esse momento inicial foi de bastante conflito uma vez que era de família tradicionalista ao ponto de discutir com seu pai caso aparecesse em casa com brincos na orelha. Mas aponta que os anos que seguiram foram muito bons onde percorreu várias cidades do litoral e também várias cidades de interior com preferência pelas que tivessem feiras culturais famosas. E disse que o artesanato levou aproximadamente uns dois anos para se dominar como ofício e poder viver basicamente da venda destes.

Sem mais delongas chegamos ao ponto onde queria, onde ele me conta que já aqui em Brasília uma certa vez saiu para almoçar com vários *hippies* no Conjunto Nacional, do lado da rodoviária. Chegando lá uma moça atendente lhe olha estranho e assim ele percebe que o motivo era porque estava sendo perseguido pelos seguranças do shopping, então tentando um momento de empatia ele argumenta com ela “Nossa, porque esses caras não deixam a gente em paz” e ela responde que era porque gente como ele costuma pedir dinheiro dentro do shopping, comer o resto de comida dos outros, etc., confundindo-o com um mendigo ou pedinte. Neste momento ele diz que se sentiu na obrigação de explicar-lhe que eram mochileiros, viajantes de estrada que ganham seu sustento da arte e do artesanato, dizendo ainda de uma forma a lhe dar uma

⁶ Macramê é um tipo de linha utilizada em confecção de pulseiras e colares.

lição de moral, ele perguntou quanto ela ganhava por hora na lanchonete em que trabalhava, e quando ouviu a resposta com o quanto ela ganhava quase que semanalmente ele disse que conseguia fazer em dois dias o mesmo valor, e caso o dia fosse bom, até mesmo em um único dia. Em seguida ela brincou dizendo que gostaria de virar *hippie*. Mas a parte que surpreende da história foi que, umas duas semanas depois ela havia sido demitida, e procurou ele na rodoviária pedindo que este lhe ensinasse o ponto de macramê. Ele finaliza a história dizendo que hoje de fato ela vende arte na praça do relógio quando há eventos, e que ela se tornou “maior bicho grilo”, fazendo *dreadlocks* nos cabelos e tudo.

A conversa se estendeu e ele me coloca para pensar e refletir sobre a sua vida. Ele diz que caso tivesse continuado na fábrica assalariado e com emprego formal, sua família certamente o veria de outra forma, mas como optou pela estrada eles tem ainda certa resistência, o que melhorou com o tempo e atualmente já reestabeleceram contato, mas atravessaram um período de difícil relação. E assim fala que “só quem está aqui no chão como nós estamos agora sabe o que é sentir na pele os olhares e o preconceito que o artesão vive”. Conta ainda que a sua namorada atual é uma pessoa muito boa e que é muito bem resolvida na vida e não tem vergonha de apresentá-lo para seus amigos ou levá-lo a festas como já viveu com antigas parceiras que tinham vergonha de apresentá-lo por ele trabalhar na rua. Em seguida me pergunta “quem você acha que conhece melhor as pessoas o dono de uma grande empresa ou a faxineira da empresa?”, respondendo em seguida: “A faxineira conhece todos sem máscaras, o empresário está rodeado de pessoas que lhe tratam bem por interesse por causa de seu cargo, enquanto a faxineira é tratada pelas pessoas de acordo com o que as pessoas são, sem máscaras, há pessoas que fazem questão de falar e dar bom dia, as vezes parar para conversar sobre a vida, enquanto outras não fazem nada se não ignorar a sua presença ou ainda tratá-la com desprezo”.

A visão de marginalidade apresentada na conversa de Bahia com a moça do restaurante é por vezes reproduzida, principalmente em relação aos vendedores de rua. O que leva a interpretação de que o ato de vender coisas na rua é um primeiro passo para o distanciamento da marginalidade, onde a pessoa que está na rua é vista como vagabundo ou pedinte, e com a atividade de vendedor torna-a visão de que “ao menos a pessoa está trabalhando” ou procurando vender alguma coisa para remediar sua situação. Um estigma muito carregado por moradores de rua, principalmente, mas que se expande a pessoa que trabalha na rua. Ouvi da boca de uma vendedora, uma frase que

reproduz essa visão marginalizante, onde ela relata “A gente faz isso é pra não ter que roubar, ou se envolver com o crime, né filho?” numa forma de dizer que as condições onde realiza sua atividade não são boas ou positivas, mas é o que lhe resta. Referindo-se ao ter que se manter no sol o dia inteiro, de pé, com sua mercadoria em um local sujo e ainda assim sem a certeza de que trará o sustento, uma vez que representa um mercado um tanto incerto e com riscos ainda de perder suas mercadorias.

Mas essa visão que por vezes se reproduz, não é compartilhada pelos comerciantes de rua em sua maioria. Estes, em contrapartida, realçam em seu discurso a ideia de que trabalham como autônomo, e assim são seus próprios patrões. Isso contribui para noção de que o mercado informal, com sua flexibilidade e adaptabilidade, está ocupando os demais espaços que restaram, onde o mercado formal não ocupa e na ausência desses mercados formais é ocupada pelos trabalhadores informais. E para isso se faz necessário ser capaz de trabalhar em condições que os trabalhadores formais não aceitariam trabalhar, como por exemplo, o trabalho em sinais e rua, atendendo motoristas e pedestres. Mas não se limitando somente a esses locais marcados por essa ausência, mas adentrando espaços inclusive onde estes passam a fazer concorrência direta com os mercados formalizados. O que está no cerne dos conflitos entre lojistas e ambulantes, se materializando na pressão exercida pelos lojistas em cima dos fiscais para que estes atuem de forma rígida em cima dos vendedores. Onde apesar de encontrar o produto que deseja em lojas dos centros comerciais e shoppings, à pouca distância o possível consumidor se depara com vendedores que apesar de despidos da imagem de conforto e organização que as lojas tentam oferecer, seja na organização dos produtos ou na uniformização de seus atendentes, oferecem a facilidade de um produto muito mais barato e de qualidade bastante semelhante ao vendido na loja.

No cerne da ideia que permeia esse discurso marginalizante está uma percepção que merece reflexões. A percepção em que o que está formalizado reproduz uma noção excludente baseada na ideia que o formal faz paralelo com o legal e o informal seria, portanto, ilegal um preconceito que exclui na falsa noção de que o formalizado está dentro da lei e por isso merece a proteção por parte dos fiscais que devem coibir aquilo que está à margem do legal. Mas que mais a fundo não é senão uma questão de concorrência de mercado. Que sendo observada na prática não procura saber de fato quem é formal ou informal, mas se preocupa somente com o local onde a pessoa está exercendo a sua atividade. Onde, caso ela ocorra na rua estará sujeita a ação dos fiscais mesmo que formalizada, e ainda se acontece nas lojas mesmo que de maneira

informal não estará sujeito a ação desses. Portanto a ação por parte dos agentes de fiscalização se concentra muito mais em um quesito baseado no espaço que se ocupa enquanto a sua atuação ao coibir a prática das vendas de rua só se faz legítima quando observa de fato a condição de trabalho quanto a formalidade ou não do vendedor que a pratica.

A visão marginalizante, esconde no fundo um discurso que evidencia a contradição entre as ideias de que “todo ser humano precisa trabalhar”, ou melhor, reformulando, de que “o trabalho traz dignidade ao homem” não importando as condições de trabalho, mas ainda sobre, onde “nenhum ser humano deveria estar ali”, no que se refere a ter que trabalhar em condições ruins, e ainda estarem sujeitos a ação da fiscalização. Trata-se de um pensamento que defende a dignidade do trabalhador em um olhar humanitário se aproximando de um ideal, mas que ainda enxerga a realidade sobre a qual vivemos onde se concretiza esse ideal, ainda que de uma maneira a se valorizar somente o esforço pessoal do vendedor de enfrentar aquelas condições. É uma visão que mais a frente projeta a extinção do mercado informal, ou que este passe por processos de regulamentação até que todos os tipos de caso englobem-se na noção formal de contrato dando regularidade a estas formas de trabalho que até então estão à margem da legislação ou da consciência que se tem sobre as condições de trabalho em que vivem a população. Um pensamento que fundamenta a criação de políticas que tratem sobre esse setor e sobre os trabalhadores que vem exercendo ou desejem ingressar na prática de comerciantes.

A condição de marginalização se reproduziria de tal forma que as pessoas que trabalham de maneira informal, estariam nesta condição dado as taxas de desemprego tendo em vista a incapacidade do mercado formal de receber e empregar a todas estas pessoas reconhecendo-lhes o direito. Outra ideia ainda é a de que estas pessoas não são empregadas formalmente por despreparo ou falta de capacitação, seja esta pelo nível de escolaridade ou falta de conhecimento específico para exercer uma profissão em uma área técnica. Em algumas das entrevistas, houve conversas que caminhavam nessa direção. Em específico com Robson, 32 anos, o relato vai bastante nesta direção. Ele me conta que entrou no ramo com sua mãe ainda durante o ensino fundamental, e que logo que começou a receber dinheiro em mãos todos os dias, começou a sentir vontade de deixar a escola, mas sua mãe ainda lhe advertia que deveria concluir ao menos o ensino médio para que não tivesse dificuldades caso no futuro as coisas complicassem e precisasse trabalhar com outro ramo, entretanto segundo ele, por teimosia pouco tempo

depois acabou deixando a escola. Robson ainda me conta que a época era outra, onde dinheiro valia muito, e que a geração de sua mãe ainda conseguiu se dar muito bem com as vendas. Ele conta que sua mãe hoje já não vende nas ruas, só traz material da fronteira para outros vendedores. Ademais, ela foi beneficiada por um programa do governo, que mais tarde lembrou ser o “minha casa minha vida” ainda na época do governo Roriz e com isso conseguiu financiar um lote, que apesar de que na época era considerado longe, hoje em dia, com o crescimento da cidade já possui mercado, comércio e tudo o que “se precisa para morar com qualidade”, valendo atualmente pelo menos umas 4 vezes o valor que foi adquirido. Ele conta ainda que não teve o sucesso de sua mãe, ou que ao menos ainda não conseguiu, se organizar para “ter o seu cantinho”, comprar sua casa própria, e se garantir com o quanto recebe mensalmente. Conclui que se arrepende de ter deixado os estudos ainda cedo, e que a dois anos vem nessa luta para reaver o tempo perdido, e para isso cursou o supletivo, fez um curso de gestão de recursos humanos e outro na área de segurança, além de ter prestado um concurso para policial no Estado de Goiás, o qual aguarda o resultado. Mas, quando perguntei se ele gostaria de ter um emprego com carteira assinada ele diz que no momento não, mas que num futuro pretende sim procurar um emprego melhor, contando que não fosse para receber um salário mínimo. E então me explica sua reflexão e preferência pelo trabalho autônomo: ele defende que com um salário mínimo não “se vive, sobrevive-se”, pois com as contas de aluguel, eletricidade, gasolina, alimentação e as demais contas para pagar o quanto sobra para se divertir, seja levar sua namorada num bar, ou no cinema ou ainda presenteá-la é muito pouco, tornando dessas coisas um luxo que acontece de forma rara. Mas que trabalhando de forma autônoma ele tem assim como dito antes recebido dinheiro todos dias, e recebendo uma quantia muito maior do que o salário mínimo.

Questiono ainda sobre os direitos, se não fazem falta. Ele pergunta “o que, o 13º, as férias?” e ele mesmo responde “rapaz, aqui sou o meu próprio patrão, como te falei a renda aqui é maior, então se precisar de um poquinho a mais a gente se organiza e férias eu mesmo me dou de vez em quando”, mas penso que não são somente esses direitos que são garantidos por um emprego regulamentado, mas também o direito a um espaço de trabalho e a garantia de não ter seu material apreendido, por exemplo.

A forma de trabalho autônomo aparece na vida dessas pessoas muito mais como uma possibilidade de serem donos de seus próprios negócios, uma definição que engloba os demais casos que trazem normalmente junto a essa visão, a necessidade de

incluir-se no mercado de trabalho, devido a uma falta da capacitação que o permita almejar um emprego de melhores condições, seja por falta de um Ensino Superior ou por um Ensino Médio ou básico incompleto, esses casos se repetem e somam-se a aqueles em que ao sair de um situação de carteira assinada em um emprego formalizado, por motivos como a idade ou falta de instrução na área, não conseguem se recolocar no mercado formal. Conversei com Josué que aos 56 anos, havia sido demitido de uma loja onde vendia calçados, próximo ao local onde estava vendendo agasalhos, no Conjunto Nacional, e que teve dificuldades de se recolocar no mercado, segundo ele por sua idade já avançada e próxima a aposentadoria e que por isso, partiu para o trabalho autônomo. Ele me diz que tanto ele como sua esposa trabalham desta forma para complementarem um a renda do outro e assim, ajudar a pagar a escola dos filhos. Entretanto, ela trabalha na feira de frente ao metrô em um espaço dedicado a feirantes, já em uma condição regular, de maneira que os fiscais da AGEFIS não a perturbam durante seu trabalho.

Em algumas das literaturas às quais recorri como o trabalho de Mafra (2005), tratavam da ideia de projetos de criação de feiras com a finalidade de dar um espaço aos vendedores ambulantes que desejassem se regularizar se mostrou uma realidade em alguns locais, normalmente guiados pela prefeitura em conjunto com sindicatos. Essa literatura me despertou a curiosidade para o caso da feira da antiga rodoferroviária, onde eu sabia que havia acontecido um projeto semelhante, e por isso tratei de conversar com alguns informantes para ver se eles sabiam como havia ocorrido ou se haviam participado desse processo.

Uma de minhas informantes de fato vendia na feira da rodoferroviária, mas conta que o processo de regularização demorou muito, causando um verdadeiro abandono por parte dos lojistas e também do público, conta que o projeto foi mal realizado e dado o tempo que levou para a construção da feira coberta muita gente já não frequentava o local, e mais tarde com a construção da Rodoviária Interestadual do Distrito Federal, o fluxo de pessoas se tornou ainda menor, uma vez que os ônibus que saíam e chegavam ali se mudaram para a nova rodoviária. Então desde que foi inaugurada essa feira já não contava com público e por isso, ela logo decidiu vender seu ponto, o que acabou acontecendo pouco tempo depois.

Esse projeto de regularizar a todos coloca em uma mesma categoria trabalhadores que exercem atividades diferentes. Enquanto para alguns essa regularização traz poucos benefícios quanto a locais de venda e funcionamento de sua

atividade, para outros em sua maioria não traz efeitos na prática, e por isso o ato de regularizar-se passa a ser visto como uma dificuldade muitas vezes desnecessária, ou ilógica como nas palavras de um dos entrevistados “(...) que sentido faz você pagar pra trabalhar?” ao se referir ao MEI, a licença para microempreendedor independente. Outro ainda me conta que havia se organizado para se regularizar quando abrisse sua barraquinha de água de coco, mas que logo que se regularizou a AGEFIS bateu em sua porta argumentando que não havia condições sanitárias para que ele realizasse o seu serviço ali, de uma forma que sua empresa toda por ser regularizada foi frustrada, por uma visita da fiscalização que provavelmente não ocorreria caso ele não tivesse se regularizado.

Outra situação que trouxe resposta semelhante foi o ato de sindicalizar-se, mas esse ainda apresentou, segundo alguns entrevistados, alguns benefícios práticos como um espaço para expor seu material, uma banca, onde a fiscalização já não tem o poder de tirá-lo dali, sobre esse assunto ainda foi dito que o benefício era pouco em relação ao preço exigido, e por isso não “valeria a pena” e ainda apresentam concepções negativas do sindicato, de que “aquilo se trata de uma máfia” ao dizer que os líderes do sindicato não representariam verdadeiramente o interesse dos vendedores de rua, mas somente oferecia uma proteção a quem estivesse disposto a filiar-se, em outras palavras pagar o preço para expor nas lojas oferecidas de quarta a sexta, próximas a Rodoviária.

Uma conversa que gerou reflexões sobre essa conquista da dignidade por parte de um vendedor ambulante, em vencer essa visão que tende a os marginalizar foi com, Marcos, um informante que conheci justamente após a passagem do “rapa”, onde me impressionou o fato de os fiscais apesar de passarem bem próximos e o intimidando com olhares, não o abordaram nem apreenderam suas mercadorias. Logo que começamos a conversar ele me traz ideias bastante fortes ao dizer que “Eles (AGEFIS), só mexem com quem não conhece o seu direito.” Uma ideia que me foi explicada em um amplo raciocínio. Esse vendedor que me falava, contrariando os demais, e a muito reproduzida ideia de que “uma vez após serem apreendidos os produtos não valeria mais a pena tentar recuperá-los” e “a burocracia dá trabalho demais”, ele conta que “correu atrás de seu direito” e entrou com ação judicial para reaver seu artesanato e disse havia uma discussão semelhante na Comissão de Direitos Humanos, para saber do que vem sendo dito sobre o Direito ao trabalho do artesão, para ser usado em seu caso. E que até então já teria valido a pena o seu esforço, uma vez que os fiscais nunca mais mexeram com ele.

Ainda me conta que no dia da apreensão a primeira coisa que fez foi sacar o seu celular e filmar toda a ação da fiscalização descrevendo-a, produzindo assim provas de que estava vendendo um produto artesanal e relatou ainda que a ação toda foi feita de uma forma muito desrespeitosa o que foi crucial para a decisão judicial mais tarde. E assim me explicou que em primeira instância havia perdido o caso, mas logo em seguida recorreu e em segunda instância a decisão teria sido em seu favor uma vez que o juiz encontrou uma dupla interpretação e uma jurisprudência de caso anterior e a partir daí usou como base de decisão favorável, resoluções da Comissão de Direitos Humanos em sua aplicabilidade no caso.

Toda a história de Marcos trazia um fundo ideológico que enriquecia a forma como via a sua atividade, e revelam uma mentalidade de resistência frente ao tratamento que eles recebem por parte da fiscalização em uma postura que reivindica os próprios direitos e não permite que esses sejam violados. Ele me conta que faz faculdade de filosofia paga com o dinheiro que consegue ali na venda de seus artesanatos e que sonha em entrar na UnB, por aquilo que ela representa para a cidade, como um polo de pessoas que cultivam o livre pensamento, que essa posição ficou evidente, sobretudo no período da ditadura. É bem marcante na sua fala a ideia de que produzir e sobreviver da sua renda foram, para ele, símbolos de liberdade.

Quando perguntei quando e por que decidiu trabalhar daquela forma ele me conta que havia passado um período na Chapada dos Veadeiros, após um período de viagens onde percorreu várias regiões do Brasil. Nesta região, entre as cidades de São Jorge, Alto Paraíso e Cavalcanti, havia trabalhado em diversas atividades para garantir sua estadia e subsistência e que ali as pessoas se mostravam muito mais dispostas a negociar os termos e condições de sua contratação. Por isso conseguiu bastante mobilidade, onde o trabalhar não representava um peso ou um vínculo que não deveria ser rompido às custas de sua sobrevivência. Enquanto trabalhava uns dias em um *camping*, tão logo que decidia sair já arranjava algo em uma loja, ou passava uns dias até que conseguisse definir sua situação, e nesse período fez vários amigos que estavam dispostos a ajudá-lo por consideração. Contou ainda que ali foi onde conheceu sua mulher e que o motivo de sua volta para Brasília foi a sua gravidez, onde em conjunto, decidiram que seria melhor a vinda para a cidade, pois assim, poderiam começar a se organizar para a chegada da criança e estariam mais amparados caso necessitassem de auxílio médico ou auxílio por parte de sua família.

Nesse momento diz que em meio a uma conversa um tanto conflituosa com seu pai, onde tratavam sobre o seu futuro, a paternidade dessa criança e as demais responsabilidades em que isso implicaria. Seu pai lhe diz: “Corta esse cabelo que eu te dou um emprego”, e nesse momento ele disse que decidiu por si só que se fosse para trabalhar em um emprego fixo e de esforço cotidiano sem a flexibilidade que ele conhecera das experiências anteriores ele preferia trabalhar sobre seus próprios termos. Logo, ainda naquela semana ele começou a comprar os materiais e aprender os primeiros pontos de pulseiras e colares, onde já tinha um conhecimento prévio. Explica que a questão não se tratava de cortar ou não os seus *dreadlocks*, mas sim de se submeter a uma forma de emprego que lhe tiraria a liberdade que então conhecia, onde sua identidade seria negada, de maneira que ali não importaria que cumprisse aquela atividade, qualquer pessoa com a capacidade serviria. Nesse momento ele teria que negar a si e quem ele considerava ser, ficando impedido de qualquer expressão daquilo que considerava ser ele, para simplesmente cumprir com uma função burocrática em frente a um computador onde qualquer pessoa cumpriria a função de maneira igual e repetitiva. E por isso a sua opção por trabalhar como artesão, explica.

Ali na calçada o que trazia o diferencial é justamente a forma como ele se apresentava, ao depender de como a pessoa reagia e lhe dava espaço sempre procurava conhecer e criar um vínculo de amizade embora que no fim a pessoa não comprasse nada, ainda assim haveria a troca humana, seja de conhecimentos ou de um sentimento de positividade frente a rotina. Comenta que ali tudo representava uma forma de resistência, que sim almejava muito mais que aquilo, mas que havia encontrado ali uma forma de se expressar através de sua arte, e procurando sempre trazer seu diferencial no contato humano que produzia com as pessoas que ele, por vezes até de forma invasiva, ele chamava de sua rotina comum ao passar pela plataforma para conversar e oferecer seu serviço de artesão.

Uma ideia que me fez lembra bastante a conversa com “Bahia” que me disse ser incapaz de explicar o quanto você tem de se esforçar para fazer com que as pessoas saiam da “bolha do cotidiano” delas, desse mundo privado, muitas vezes indiferente as coisas que lhe acontecem ao redor. Mas também diz ser impagável a recompensa por um esforço maior no momento de se apresentar as pessoas, seja na hora de fazer malabarismo no sinal ou de apresentar sua arte para um pedestre que passa. Que apesar de a maioria das pessoas somente agradecer, fechar a cara e continuar a sua rotina, ou quando no carro, às vezes, “enterram” suas caras em seus celulares e nem notam que ali

fora alguém tenta lhe apresentar um pouco de arte, ou algo que poderia lhe tirar a atenção de seus problemas e assim lhe fazer respirar fora de seu cotidiano. E quão recompensador é quando esses lhe dão atenção e o retribuem ainda que na forma de um simples sorriso.

Em nossa conversa ele se queixa de como a condição de trabalhador de rua faz com que muitas pessoas o olhem de cima para baixo sem enxergar que ali está um ser humano com vivências, experiências e conhecimentos a serem partilhados. E que em suas viagens ao redor do Brasil o que de mais rico encontrou foram pessoas com quem contraiu vínculos de amizade que ele considera serem para a vida toda, seja pelos momentos que passaram juntos ou pela afinidade que tiveram suas ideias. Ele conta que em suas viagens procura sempre por cidades pequenas e com atividades culturais ricas, onde ele espera poder adquirir mais desses vínculos e tirar mais de sua experiência com as pessoas. Diz ainda procurar por pessoas humanas comuns, assim como ele, dignas de respeito por sua complexidade e fragilidade que toda pessoa tem, mas sobretudo pessoas despidas das máscaras que a sociedade lhes impõe.

Conta ainda que foi muito criticado, sobretudo por sua família, por ter optado a viver na estrada e querendo ou não levando a alcunha de “hippie” e que provavelmente caso ele não tivesse largado os estudos e seu emprego de carteira assinada na fábrica ele não seria olhado da forma como as pessoas olham para ele, sentimento que ele tentava descrever a complexidade com a frase “trabalhar aqui no chão, sujeito a tudo, a polícia, a fiscalização ao olhar de quem passa, só conhece quem já passou por isso”.

Ele defende que a sociedade tem muito a mudar e aprender com as pessoas humildes que “descem do salto” para viver na realidade, diz que somos muito mal-acostumados. Conta que até ao oferecer arte para as pessoas, elas não querem se não for em cima de um palco. Que se você perguntar para as pessoas se elas gostam de arte em sua maioria elas dizem que sim e dão uma resposta positiva, mas que na prática a coisa é um pouco diferente e que a resposta mais correta seria depende, de que tipo de arte e ainda mais importante onde ela vai ser apresentada, pois se o artista tenta criar um espaço para as pessoas consumirem arte que não seja em cima dos palcos, nos museus ou na televisão, as pessoas tendem a menosprezar aquilo, ou ainda não reconhecer como arte aquela atividade. Assim ele coloca que se você faz malabarismo no sinal dificilmente será reconhecido como um artista de valor por não ter o seu devido espaço ou por estar fazendo algo que na verdade ele julga ser genial que é criar um espaço para que as pessoas possam consumir arte ainda no cotidiano delas, mas que na nossa

sociedade é tudo baseado em status e o reconhecimento não vêm pela sua coragem ou mesmo ousadia em “dar sua cara a tapa e ir se apresentar”, mas por um monte de outros fatores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou estudar as relações do trabalho informal na Rodoviária do Plano Piloto, em Brasília. Apesar do intuito inicial de estudar os trabalhadores informais, após a revisão bibliográfica, e principalmente o trabalho de campo, fez com que outras reflexões viessem à tona durante a produção desse trabalho.

Com a revisão bibliográfica feita aqui foi possível observar que o tema se expande em várias direções no que concerne ao conceito de informalidade e sua historicidade, na forma como a informalidade acontece e é percebida na esfera do trabalho, dos contratos, e por último quanto às investigações acerca da prática do trabalhador de rua e das redes relacionais que se criam em seu redor, na certeza de que a delimitação correta se encontra mais próxima à prática - que me dediquei a observar e dialogar. São muitas as abordagens teóricas possíveis e por isso, procurei ter um olhar abrangente, mas focado ainda nas motivações sob as quais esses trabalhadores optam por esse estilo de trabalho e venda. A verdade é que em nível de motivações pessoais são diversas as razões ou históricos por detrás de cada trabalhador, mas é possível observar vantagens ou ainda motivos prós e contra essa ocupação nas percepções jurídicas, econômicas e ainda sociais que permeiam essa atividade.

Em seguida, observamos ainda como a historicidade do conceito traz bagagens históricas sobre sua origem e ainda uma percepção que se tinha nesse primeiro uso dos termos associados a informalidade, mas que ao longo do tempo tem sido transformado a luz de trabalhos que procuram a investigação a nível social dessa prática. E que revelam a prática intrínseca às condições determinadas pela situação dada a esses vendedores, em sua relação com a cidade, com o espaço público e com as feiras que se formam nesses locais. E ainda as estratégias criadas para lidar com a fiscalização e também com a clientela, em uma larga rede de colaborações entre indivíduos que participam de formas mais diretas ou indiretas do mercado informal de vendedores de rua.

Mas, sobretudo há de se observar que são histórias de pessoas que, por vezes, sofrem com a condição dada em que tendem a marginalização. Histórias essas que na verdade retratam muito mais a resistência do que a decadência ou fragilidade. Mas enfatizam a força e a vontade de cada indivíduo envolvido, de forma que cada um tem em si a sua motivação. E que quando criadas e fortalecidas ideias que justificam a prática, essa percepção que gira em torno da marginalidade e dificuldades que envolvem

o atuar como vendedor no espaço de rua converte-se em belas ideologias de resistência de liberdade e de incentivo a colaboração e autonomia de cada um.

Em um cenário e fluxo que movimentam pessoas e coisas de várias localidades do mundo, a informalidade tem o seu papel no nosso século como uma segunda via, que não só amortece o desemprego ou a incapacidade do mercado formal de englobar as pessoas, mas cria a possibilidade de autonomia, para pessoas que podem assim desde conquistar sua dignidade e sustento familiar à viajar o mundo com o sustento vindo de seu trabalho

Portanto, o fluxo não só de mercadorias, mas de pessoas tornam, a informalidade e os vendedores de rua um complexo fenômeno urbano que vem se transformando e assumindo novas formas e alimentando assim não só os mercados locais garantindo o sustento de famílias, mas gerando a possibilidade da autonomia que permitem alguns a conquistarem a condição de viajantes, como há também fomentado o mercado global de mercadorias que criam verdadeiras redes da informalidade atravessando países de diferentes legislações, mas resistindo e sendo objeto das mais diversas percepções.

Em uma visão panorâmica sobre o fenômeno pretendo aqui concluir que não é possível aborda-lo de uma única maneira, de forma que a cada abordagem diferente novas nuances ficam em relevo e por isso aposto ainda na necessidade de uma abordagem próxima a pratica, pois é onde se situam os indivíduos que a conhecem de dentro e em suas próprias peles o fazer cotidiano que permite e justifica toda a rede de informalidade criada para que no fim alguém possa te oferecer enquanto passa em uma rua de sua cidade um produto vindo do outro lado do mundo.

REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Goretti, et al. **O trabalho informal como alternativa no mundo de trabalho atual**. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social 29 a 31 de maio de 2013 – Fortaleza – CE – UECE – Itaperi

BORGES, Antonádia, et al. **Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa**. *Soc. estado*. [online]. 2015, vol.30, n.2, pp.347-369.

DA SILVA, Daniel Gomes. **PARQUE SÓLON DE LUCENA: Intervenção Urbana e Vendedores Ambulantes no Centro de João Pessoa – PB**. Monografia de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, 2015, João Pessoa – PB.

KOPPER, Moises. **DE CAMELÔS A LOJISTAS: a transição do mercado de rua para um shopping em Porto Alegre**. Caderno CRH, v. 28 n. 75, p. 391-605, Salvador, Set/Dez 2015

MAFRA, Patrícia Delgado. **A “pista” e o “camelódromo”: camelôs no Centro do Rio de Janeiro**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

MORAES, Carolina. **Mercado de trabalho informal feminino: revenda de cosméticos, no Município de Florianópolis-SC**. Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina. 2008. Florianópolis-SC

NORONHA, Eduardo G., 2003. **“Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol.18 Nº-53, p. 111-179.

PAMPLONA, João Batista. 2013. **Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo**. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 225-249, jan./jun. 2013

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. **O urbano e suas múltiplas dimensões**. Anuário Antropológico/2012, Brasília, UnB, 2013, v. 38 n.2: 09-15

PERES, Thiago Brandão. **Informalidade: um conceito em busca de uma teoria**. Revista da ABET, v. 14, n. 2, Julho a Dezembro de 2015

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. (2008), **China-Paraguai-Brasil: Uma rota para pensar a economia informal**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 23, no 67, pp. 117-133.

RABOSSI, Fernando. **Tempo e Movimento em um Mercado de Fronteira: Ciudad del Este, Paraguai**. Revista Sociologia e Antropologia. Vol.5, pp. 405-434. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2238-38752015000200405&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 jan. 2019.

RAPOSO, Fernanda Menezes. **Informalidade em trânsito: um olhar sobre os vendedores ambulantes dos ônibus no DF**. 2015. 78 f., il. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

RIBEIRO, Gabriela Ramalho Mendes. **O marketing das esquinas**. Monografia de bacharelado em Publicidade e Propaganda das Faculdades Integradas Hélio Alonso., Novembro de 2010, Rio de Janeiro-RJ

TAVARES, Maria Augusta. **Trabalho Informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista**. Revista Outubro, N. 7, 2002

VIEIRA, Tahis Furtado Bicalho. **Um breve estudo sobre os trabalhadores ambulantes e os espaços por eles ocupados no centro de Uberlândia de 1995 – 2008**. Monografia de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. 2009.

